



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL:** Como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate  
ao abuso sexual infantil

BRAGANÇA

2023

**Silvielly Andrade de Oliveira**

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL: Como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate  
ao abuso sexual infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de licenciatura plena em  
pedagogia, da Universidade Federal do Pará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro  
de Castro

**BRAGANÇA**

**2023**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus, criador dos céus e da terra e que sempre cuidou de mim.

Aos meus pais que me deram educação, incentivo, me criaram com amor e apoio incondicional.

Aos meus tios Salomão Coelho, e Wal Andrade que sempre me apoiaram sendo os meus segundos pais.

Aos meus amigos de faculdade, os Tô gueders, por tornarem a jornada acadêmica mais leve e feliz.

Aos meus melhores amigos Carol, Caio, Yanna e Ycaro que estiveram comigo nessa reta final me ajudando a confiar no Senhor e nos seus planos em minha vida.

A minha orientadora Ana Cláudia Castro por todo suporte, dedicação e por sonhar comigo este trabalho antes mesmo de ser a minha orientadora.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que hoje eu estivesse aqui, o meu muito obrigada.

## RESUMO

A violência sexual é um grave problema social que afeta indivíduos de todas as idades e contextos, tendo efeitos devastadores sobre a saúde mental, emocional e psicológica das vítimas. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) investiga como as escolas têm lidado com a identificação e o enfrentamento da violência sexual infantil. O objetivo principal é compreender as abordagens adotadas pelas escolas municipais para prevenir, identificar e responder a casos de violência sexual, visando a criação de um ambiente seguro e protetor para os alunos. Este trabalho é fundamentado em uma pesquisa sobre violência sexual, suas consequências e o papel das escolas na abordagem deste problema. São explorados os desafios que as escolas enfrentam, como a falta de capacitação adequada para os profissionais, barreiras culturais que dificultam a denúncia e a falta de diretrizes claras para lidar com situações de violência sexual.

**PALAVRAS CHAVE:** Violência sexual infantil, conscientização, combate e contexto escolar.

## ABSTRACT:

Sexual violence is a serious social issue that affects individuals of all ages and contexts, having devastating effects on the mental, emotional, and psychological well-being of victims. This undergraduate thesis investigates how schools have been dealing with the identification and confrontation of child sexual violence. The primary objective is to understand the approaches adopted by municipal schools to prevent, identify, and respond to cases of sexual violence, aiming to create a safe and protective environment for students. The research is based on a survey on sexual violence, its consequences, and the role of schools in addressing this issue. The challenges schools face, such as the lack of appropriate training for professionals, cultural barriers that hinder reporting, and the absence of clear guidelines for addressing sexual violence situations, are explored.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	8
<b>1 - A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL</b>	8
<b>2 - CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL</b>	8
<b>2.1 - Condições E Ambientes De Abuso</b>	9
2.1.1 - Extra Familiar	9
2.1.2 - Intrafamiliar	10
<b>2.2 - Tipos De Abuso E Perfis De Abusadores Infantis</b>	10
<b>3 - VIOLÊNCIA SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO</b>	12
<b>4 - FASES DO DESENVOLVIMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL</b>	14
4.1 - Físicas	14
4.2 - Psicológicas	15
4.3 - Sociais E Escolar	15
<b>5 - A ESCOLA PÚBLICA COMO AGENTE PRIMÁRIO NO COMBATE E DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA</b>	15
<b>METODOLOGIA</b>	16
<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS</b>	19
<b>QUADRO 1</b>	19
<b>QUADRO 2</b>	23
<b>TABELA 1</b>	26
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	28
<b>REFERENCIAS</b>	29
<b>ANEXOS</b>	34

## INTRODUÇÃO

Mesmo que o abuso sexual contra crianças e adolescentes esteja sendo um assunto que vem recebendo mais notoriedade e debate dentro da sociedade, é fácil notar a necessidade de esclarecer as dúvidas que surgem devido à falta de informação. O despreparo da comunidade e de profissionais em relação à violência sexual infantil é uma questão preocupante que pode ter consequências graves para as vítimas e para a sociedade como um todo. Em todo país, 51% dos casos de violência sexual são praticados com crianças de até 5 anos e em 2020, 60% das vítimas tinham menos de 13 anos, é o que revela o “Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil”<sup>1</sup>, lançado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

De acordo com Neto (2021, p. 07):

A violência sexual é o delito menos denunciado pelas famílias, devido ao medo da dissolução dos núcleos familiares caso o fato seja descoberto. As estatísticas não conseguem ser fiéis, porque a maioria dos casos envolvendo crianças e adolescentes dificilmente são relatados devido a vergonha, ignorância, sentimento de culpa, além desses fatores, há mais um agravante, alguns profissionais relutam em reconhecer e relatar o abuso sexual.

É certo dizer também, que um dos primeiros ambientes sociais que a criança passa a frequentar é a escola. Com base nisso, entende-se a necessidade de tratar esse tema dentro do espaço escolar como a sala de aula, visando a prevenção, bem como capacitar toda a equipe para lidar com questões relacionadas ao gênero, sexualidade e suas implicações. Neste ponto, Carvalho (2018) afirmou que os professores são os que mais denunciam violência e abuso sexual contra crianças e contra adolescentes. Isso ocorre devido, a maioria das vezes, a criança ser coagida pelo abusador e com medo de contar em casa o que está acontecendo, para este autor, crianças vítimas de violência sexual encontram apoio na sala de aula. Assim, o docente se configura como um adulto de confiança para a criança ou para o adolescente.

No mesmo sentido, Maia e Ribeiro (2011) e Vagliati e Gagliotto (2014) colocam que os professores e demais profissionais que lidam com crianças e jovens têm um papel fundamental no processo de aquisição de conhecimentos, valores e investigação por parte de seus alunos, o que implica numa necessidade de também estes educadores terem um espaço onde possam se formar como orientadores conscientes e capazes, os autores

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil> Acesso em maio de 2023.

complementam dizendo que para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade de seus educandos e educá-los em relação a isso é preciso ter clareza tanto da abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana, quanto da compreensão científica do desenvolvimento psicossocial.

Para Figueiró (2009), a Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e se sentem, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante dessa tarefa, já que o processo formativo a qual tiveram acesso não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. E que, além de despreparados, são fruto de uma sociedade repressiva em relação à sexualidade, na qual as associações do sexo com as ideias de pecado, feio e proibido - ou por outro lado com as ideias de promiscuidade e imoralidade - ainda persistem. Portanto, quando se propõe educar sexualmente os alunos, os professores também devem ter a oportunidade de se preparar para atuar como educadores sexuais.

Diante da gravidade e complexidade do problema e ainda, entendendo a importância do papel da escola, do processo formativo docente, este estudo busca investigar o contexto de abuso sexual infantil no âmbito escolar no que se refere ao papel institucional na conscientização e combate desta realidade no município de Bragança. Tal relevância se dá pelo fato de as escolas enquanto rede de proteção e enfrentamento, são fundamentais para identificação de uma possível violência, principalmente quando acontece com crianças entre 0 e 5 anos. Vamos nos concentrar em responder como as escolas municipais têm trabalhado no decorrer do ano letivo as estratégias de conscientização, orientação e capacitação para o combate da violência sexual infantil e, conseqüentemente, teremos informações relevantes desta vivência docente diante da problemática concernente ao seu preparo e processo de formação.

Para a investigação foi utilizados espaços escolares, dados estatísticos de órgãos públicos e questionários que serão mais bem elucidados no capítulo de metodologia. Espera-se que este trabalho venha, de fato, trazer uma reflexão sobre a temática e, acima de tudo, a problematização e a conscientização nos espaços escolares municipais. Acima de tudo, que tais informações sirvam de catalisador nas devidas circunstâncias encontradas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 1. A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A violência sexual contra criança e adolescente é uma preocupação nacional. Segundo o *site* do Ministério dos direitos humanos e cidadania<sup>2</sup>, as denúncias feitas por meio da ligação ao Disque 100, registrou mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes de janeiro a abril deste ano. Nos quatro primeiros meses de 2023 foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas. Enquanto nos quatro primeiros meses de 2022, foram registradas 6,4 mil denúncias e 10,4 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes, com casos de exploração sexual, abuso, estupro e violências psíquicas. Se comparadas ao mesmo período deste ano, as violações representam um acréscimo de 68%. Em todo o ano, os registros chegaram a 11 mil denúncias e 18,2 mil violações sexuais. Vale ressaltar o que defende o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, art. 13 e 245).

### 2. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023> Acesso em: junho de 2023



A violência sexual e o abuso sexual são termos frequentemente usados para descrever formas de agressão sexual, mas eles têm significados diferentes. Embora possa haver sobreposições, é importante entender suas distinções.

O abuso sexual é um termo mais amplo e abrange uma variedade de comportamentos indesejados e não consensuais de natureza sexual. Envolve a exploração íntima de uma pessoa sem o seu consentimento. Esse delito pode ocorrer em diferentes contextos, como dentro de relacionamentos íntimos, na família, na comunidade ou em instituições. Exemplos de abuso sexual incluem o toque ou contato sexual não consensual, o assédio sexual, o estupro, o incesto, a exposição indecente e a exploração sexual comercial. A autora Cordeiro (2006), nos fornece uma dimensão do que é abuso sexual:

Abrange todo ato, exploração, jogo, relação hétero ou homossexual, ou vitimização, de crianças e adolescentes por um adulto, por um adolescente, ou por uma criança mais velha que, pelo uso do poder, da diferença de idade, de conhecimento sobre o comportamento sexual, age visando o prazer e a gratificação própria.

Pode acontecer com toque físico (beijos, carícias, penetração digital, penetração com objetos, sexo oral, anal, vaginal) ou sem qualquer tipo de contato físico (assédio, cantadas obscenas, exibicionismo, voyeurismo, participação em fotos pornográficas).” (CORDEIRO, 2006, p.3)

A violência sexual, por outro lado, refere-se especificamente a atos de agressão sexual que envolvem violência física, coerção ou força física. A violência é um componente fundamental da violência sexual e pode incluir ferimentos físicos ou ameaças para forçar a vítima a participar de atividades sexuais contra sua vontade. A violência sexual pode ocorrer em uma ampla variedade de situações, como agressão sexual em uma rua, estupro durante um assalto ou em contexto de guerra ou conflito armado. Volnovich (2005) afirma que a violência deve ser entendida como o uso de força física (estupro, sevícias) ou psicológico (ameaças ou abuso de autoridade). Inclui atos cometidos contra menores cuja idade ou deficiência mental pode tornar as crianças incapazes de compreender seu significado.

## 2.1.CONDIÇÕES E AMBIENTES DE ABUSO

De acordo com o local e agressor, o abuso sexual pode ser classificado como:

### 2.1.1. Extra familiar

O abuso Extra familiar é quando o agressor é uma pessoa desconhecida, ou conhecido, mas sem vínculo parental com a vítima, como por exemplo um vizinho, amigo da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos e psicanalistas, padres e pastores. Para Santos e Ippolito (2011, p.66), os abusos podem ser cometidos por desconhecidos, normalmente em locais públicos e fora da vigilância dos responsáveis, e ainda, ser praticado por detentores de custódia legal em instituições de cuidados substitutivos da família, instituições governamentais e não governamentais, que detêm a guarda temporária da criança ou adolescente em unidades de abrigo e/ou de aplicação de medidas socioeducativas.

### **2.1.2 Intrafamiliar**

Já o abuso intrafamiliar ocorre dentro do espaço familiar da vítima, o agressor na maioria dos casos é o pai, padrasto, tio, irmão e avô. Moreira e Custódio (2019) apontam que a maioria dos agressores possuem vínculos afetivos, por conta disso, “o abuso sexual tem pouca visibilidade, já que normalmente é cometido por alguém próximo, em quem a criança confia”. Santos e Ippolito, 2011, concordam e dizem que:

Quase sempre, há uma relação de parentesco entre o autor do abuso e a criança ou adolescente que sofre a ação. É comum que o responsável pelo abuso tenha certo poder sobre a criança ou adolescente sexualmente abusado, tanto do ponto de vista hierárquico e econômico como do afetivo. Nesse caso, a violação é cometida por uma pessoa que a criança ou adolescente conhece e em quem confia e que, frequentemente, ama. (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 65)

O que conseqüentemente faz com que a denúncia se torne mais incomum. Para Sant’ana e Cordeiro (2021, p. 04), compreende-se que para a vítima há maior dificuldade em expor o caso de abuso sexual infantil e delatar seu(sua) agressor(a), pois se trata de uma pessoa íntima e de sua família.

### **2.2.TIPOS DE ABUSO E PERFIS DE ABUSADORES INFANTIS**

O abuso sexual pode ser classificado de diversas maneiras, segundo ABRAPIA (2002, p.8) ele pode ser dividido em: sem contato físico e com contato físico. Vejamos a explicação para o abuso sexual sem o contato físico:

Verbal: Visa chocar ou despertar o interesse sexual da criança ou adolescente através de conversas abertas e inapropriadas sobre atividades sexuais.  
Telefonemas obscenos: Realizadas na maioria das vezes por adultos, geralmente do sexo masculino, gerando desconforto na vítima e na família.  
Exibicionismo: Com intenção de chocar a vítima, o exibicionista é motivado, em parte, por esta reação. A experiência pode ser assustadora.  
Voyeurismo: O voyeur atinge sua gratificação por meio da observação de atos e órgãos sexuais de outras pessoas, normalmente sem ser percebido pelos

demais. A internet vem como facilitadora, sendo uma grande janela para o voyeur.

Outros: Mostrar para crianças vídeos ou fotos pornográficas. Fotografar crianças nuas ou em posições sedutoras com o objetivo sexuais. (ABRAPIA, 2002, p.8)

Abrapia (2002) também elucida com exemplos como se estabelece o abuso sexual com contato físico:

- Passar a mão no corpo da criança; Coito (ou tentativa de);
- Manipulação de genitais;
- Contato oral-genital e uso sexual do ânus;
- Sexo oral (felação ou cunilíngua no abusador ou na criança);
- Ejacular na criança;
- Colocar objetos na vagina ou ânus da criança;
- Penetrar o ânus com o dedo;
- Penetrar o ânus com o pênis;
- Penetrar a vagina com o dedo;
- Colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito;

Forçar a criança a praticar atividade sexual com animais. (ABRAPIA, 2002, p.8)

De acordo com Santos e Ippolito (2011, p.91), “as famílias incestuosas, tendem a ser quietas e a se relacionar com poucas pessoas. Os pais são geralmente autoritários e as mães, submissas”. Mesmo sendo uma afirmação delicada, Salvador Minuchin (1990), um psicólogo familiar em seu livro “Famílias: funcionamento e tratamento”, trata sobre essa temática colocando os níveis de disfuncionalidade familiar. No caso, as famílias incestuosas são consideradas com altos níveis de cronicidade. No entanto, a mal compreensão de determinadas dinâmica e estrutura familiar pode culminar em rotulação de um indivíduo ou grupo familiar não considerando que pode gerar preconceitos, ocasionando julgamentos em famílias que tem esse comportamento mais conservador e tímido sem ter nenhuma aproximação com situações de incesto e abuso sexual.

Porém na maioria dos casos de pedofilia as pessoas têm esses comportamentos salientados, que precisam ser analisadas, principalmente se houver suspeita de abuso sexual com uma criança da família, ou próxima do indivíduo. Ainda pensando na característica marcante de autoritarismo, Penco (2015, p.57) afirma:

O em comum entre incesto e pedofilia é a relação de poder e dominação no campo sexual, seja físico ou no terreno da fantasia, podendo até ser de forma cultural a congratulação pela desvirginação de uma criança ou mulher, onde a sociedade machista valoriza esse acontecimento. Possivelmente, a sensação de poder do mais velho (adulto ou adolescente) pela criança, seja o prazer pelo poder, talvez o sexo tenha objetivo secundário. (PENCO, 2015, p.57)

A afirmação de Penco reforça que o perfil dos abusadores, tem como características ser autoritário, e se sentir sempre no poder, obviamente, não podemos nos basear apenas nessa característica, analisando casos de pessoas que pareciam ser boas e gentis, mas que eram pedófilos. ABRAPIA, 2002, amplia essa visão quando diz que:

Alguns consideram a pedofilia como uma síndrome (conjunto de sinais e sintomas) que ocorre em diversas psicopatologias. O pedófilo é um indivíduo aparentemente normal, inscrito na sociedade. Costumam ser “pessoas acima de qualquer suspeita” aos olhos da sociedade, o que facilita sua atuação. Geralmente ele não pratica atos de violência física contra a criança. Age de forma sedutora, conquistando a confiança da criança, mas pode se tornar violento e até chegar a matar suas vítimas. (ABRAPIA, 2002, p. 18)

O que torna esse tipo de abusador, um dos mais perigosos, pois além de seduzir os pais e/os responsáveis pela vítima, pode também retardar a denúncia por parte da criança que pode estar sendo manipulada de forma gentil e cuidadosa para que os abusos se tornem frequentes e constantes.

### 3. VIOLÊNCIA SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A violência sexual numa perspectiva de gênero é uma abordagem que considera as desigualdades e normas sociais relacionadas ao sexo e ao gênero como fatores que influenciam a ocorrência desse tipo de violência. Ela reconhece que as vítimas e perpetradores de violência sexual são frequentemente moldados pelas expectativas e estereótipos de gênero presentes na sociedade.

Embora haja várias denúncias de ambos os gêneros, é comprovado que a maioria das vítimas desse crime são meninas, segundo o estudo Sem deixar ninguém para trás - gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência,<sup>3</sup> do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz Bahia (Fiocruz). No Brasil, a maioria (67%) dos 69.418 estupros cometidos entre 2015 e 2019 tiveram como vítimas meninas com idade entre 10 e 14 anos. Também assinam a pesquisa o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e o Fundo

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf> Acesso em junho de 2023.

de População das Nações Unidas (UNFPA). Cerqueira e Coelho, 2014, dizem o porquê disso:

A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p.2)

E o que mais assusta as vítimas é acreditar que após todo o ocorrido, ela será culpada, ou pelo menos é o que o seu agressor faz com que ela acredite, que ela estava “*mocinha*” o suficiente para saber o que estava acontecendo, ou outros argumentos de que ninguém vai acreditar nela, e que será a palavra dela contra a dele, intimidando a vítima e retardando a denúncia. Filho e Fernandes (2015) falam que:

O machismo e o patriarcalismo estão mais incutidos na ordem social e jurídica hodierna do que aparentam. Uma de suas faces é a cultura de estupro, que responsabiliza a vítima pela violência que sofreu em razão de algum comportamento discrepante do papel social esperado de seu gênero; ainda, pelo incentivo à prática de estupro enquanto correção de comportamento feminino tido como desviante e pela consequente isenção ou minoração da culpa do agressor. (Filho; Fernandes, 2015, p. 17)

Santos e Ippolito, 2011, também falam sobre:

A alegação de consentimento por parte da criança ou adolescente nas eventuais práticas sexuais com adultos deve ser sempre questionada e contextualizada, uma vez que crianças e adolescentes são considerados seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, fase em que a capacidade e a autonomia para consentir ainda estão em processo de construção.” (SANTOS.B, IPPOLITO 2011, p.64)

A violência sexual contra mulheres faz parte da história humana, e segundo (AZEVEDO; GUERRA, 2000; BASS; THORNTON, 1985) tem variações de intensidade de acordo com a época, local e sua cultura. No século passado, em nosso país o crime de violência sexual contra mulheres e crianças era julgado a partir do ataque à dignidade de quem a sofreu. No contexto patriarcal, presente na ideologia judaico-cristã que orienta as condutas das nações ocidentais, a violência sexual ainda é considerada um “crime de vergonha, sem vítimas” (POLAC, 2015, p. 18), a mulher era colocada como culpada e, em muitos casos, tinha que provar que não teve culpa pela violência sofrida, Polac (2015) aponta ainda que se não comprovada sua virgindade, a mulher violentada, desonrava a família, ou seja, a mulher além de ser violentada era culpada pela violência sofrida e muitas das vezes sendo expulsa de casa. E ainda hoje vemos em casos a tentativa de colocar

culpa nas mulheres e nas crianças vítimas de abuso sexual, querendo tornar o agressor vítima da roupa curta, e da ilusão de que a criança já sabia o que estava fazendo.

No Pará, de acordo com G1 Pará<sup>4</sup> em 2021, cerca de 5 crianças eram vítimas de violência sexual por dia no estado. Segundo Maio e Ferrari (2011):

A exploração sexual de crianças trata-se de uma prática muito antiga. A prostituição já estava arraigada à economia romana. Os primeiros registros históricos da prática da exploração sexual de crianças e adolescentes, refere-se à Corte Francesa, na época do Rei Luiz XV. Ele comprava meninas para compor seu harém real. Em Londres no Século XVIII, havia o aliciamento de meninas vindas do campo e a compra de crianças, que eram colocadas à venda do lado de fora das igrejas. (MAIO, FERRARI, 2011, p.06)

A exploração sexual comercial de meninos e meninas para a sobrevivência no arquipélago do marajó, aqui no Pará vem também se destacando durante os anos. Segundo Rodrigues e Silva (2021):

Esta realidade está diretamente ligada às explorações de crianças e adolescentes da região, localmente conhecidas como “prostitutas de balsa”, meninas entre 5 e 17 anos que são levadas a prostituição nos rios da região em troca de alimentos e dinheiro oferecidos por viajantes os quais vem das embarcações que atracam nos municípios e que tem como perfil: padres, pastores evangélicos, professores, políticos, policiais e médicos. (RODRIGUES, SILVA, 2021)

Nos mostrando o quanto essa realidade cruel e criminosa está mais perto de nós do que imaginamos, e que é necessário voltarmos os nossos olhos para essas problemáticas, e garantir os direitos das crianças.

#### 4. FASES DO DESENVOLVIMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Os impactos negativos dessa experiência traumática podem ser profundos e duradouros, afetando diversos aspectos da vida da vítima, incluindo seu desenvolvimento cognitivo e consequências físicas, psicológicas, sociais e escolares.

##### 4.1.Físicas

Segundo ABRAPIA, 1997, as consequências físicas geradas de um de abuso sexual vão desde lesões em geral e hematomas a gestação, Abrapia também cita como consequências físicas as lesões genitais, lesões anais e as doenças sexualmente transmissíveis, hoje sendo o termo atualizado para infecções sexualmente transmissíveis

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/18/registros-de-violencia-sexual-contra-criancas-aumentaram-17percent-no-para.ghtml> Acesso em: maio de 2023

(IST). Os resultados físicos de abuso sexual podem ser visíveis, como hematomas nos braços e pernas, mas alguns podem ser mais discretos como as lesões nas áreas genitais, o que vale ressaltar a importância de se atentar a reclamações das crianças nessas áreas, principalmente na hora de fazer suas necessidades fisiológicas onde tem o contato com a urina e pode doer a área machucada, evidenciando a lesão. O Guia Escolar (2004) também alerta para os sinais físicos que podem ser indicativos para provas e suspeitas de vítimas desse crime, como a dificuldade em engolir por inflamações na garganta, coceiras, cólicas ou odor na área genital por conta de IST's, e dificuldade em andar e de se sentar.

#### **4.2.Psicológicas**

O Guia escolar (2004) coloca como consequências psicológicas, e como alerta de provas e investigações, o medo e/ou pânico de ficar só ou com uma pessoa em específico, mudanças rápidas de humor e comportamento sem explicação aparente, regressão como voltar a fazer xixi na calça e/ou chupar dedo e choro excessivo sem motivo, tristeza e isolamento, baixo nível de autoestima e necessidade de agradar e frustração em excesso, vergonha e timidez, culpa, ansiedade generalizada, brincadeiras e desenhos de cunho sexual ou de órgãos genitais com características que não correspondem a sua faixa etária, expressão de afeto e carinho sexualizado, masturbação, dificuldade de concentração na sala ou em qualquer outra atividade.

#### **4.3.Sociais e Escolar**

As consequências da violência sexual vão para além dos traumas psicológicos e lesões físicas, o modo de socializar da vítima também é afetado, e quando a criança é a vítima, causa consequências em seu desenvolvimento e aprendizagem, trazendo rupturas em seu rendimento escolar.

Seguindo ainda com as instruções e sinais dados pelo Guia Escolar (2004), a criança vítima de abuso sexual apresenta sintomas como: isolamento e dificuldade em dialogar ou ter qualquer outro tipo de contato com os colegas de classe, não gostar de toque físico e dificuldade em confiar nas pessoas, resistência em participar das atividades escolares, resultando no baixo rendimento escolar, assiduidade e pontualidade exageradas, ou chega cedo e demora pra ir pra casa, não mostra interesse em querer voltar pra casa, falta de concentração na aula.

### **5. A ESCOLA PÚBLICA COMO AGENTE PRIMÁRIO NO COMBATE E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA**

A escola pública é uma instituição que media o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, que podemos encontrar em todos os municípios do país, tanto em lugares de acesso fácil, quanto em lugares afastados não acessíveis, Lirio (2014) diz sobre a escola:

Ela atende indistintamente a toda a diversidade cultural e a todos os grupos sociais presentes no território nacional - à população urbana, do campo, os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, entre outros. Isso a torna uma das instituições de maior inserção social que acolhe uma parcela considerável da população, por um tempo longo e sequencial (LIRIO, 2014. P.04).

Tornando-se assim um agente primário no combate ao abuso sexual, já que a escola estará presente diariamente auxiliando no processo formativo da criança como ser social e intelectual podendo assim perceber mudanças e alterações de comportamento que podem iniciar a denúncia de uma possível vítima de violência, tanto física como sexual.

## METODOLOGIA

Uma vez que os traçados metodológicos são o pilar de um estudo empírico, façamos então, um breve aporte sobre o paradigma metodológico que envolve a pesquisa. Seguindo a concepção de Freire e Almeida (2008), uma investigação inicia-se sempre pela definição de um problema, das indagações que são suscitadas sobre o mesmo. Em outras palavras, importa identificar e definir um problema, construir um modelo investigativo que permita uma aproximação das respostas pretendidas. Neste ponto, a *temática de interesse* foi violência sexual na infância e as abordagens de conscientização e prevenção no âmbito escolar. As questões suscitadas são: *“Até que ponto a escola tem funcionado como canal de proteção e de denúncia? As escolas estão cumprindo o seu dever como principal agente no enfrentamento a violência sexual? Como elas têm se posicionado mediante a esse assunto? Os professores estão capacitados para perceber e captar os sinais e sintomas de possíveis vítimas? Que parcerias têm sido estabelecidas para tais ações?”*

Como foi mostrado em pontos de capítulos anteriores deste trabalho, nos últimos anos, tem havido um aumento considerável no número de denúncias de abuso e exploração sexual tendo como vítimas crianças e adolescentes. Ademais, estudos evidenciam que pessoas que vivem experiências de abuso sexual na infância e adolescência apresentam repercussões de ordem psicológica, física, sexual e social, as quais, podem perdurar por toda vida. Colocamos ainda, a fundamental importância do professor e do espaço escolar diante desta realidade. A partir disto, consideramos a



*relevância deste estudo*, uma vez que, as escolas enquanto rede de proteção e enfrentamento, são fundamentais para identificação de uma possível violência, principalmente quando acontece com crianças entre 0 e 6 anos. Isso porque, dados do Ministério da Saúde, mais de 70% dos casos de abuso infantil acontecem dentro da residência, sendo praticados por familiares ou pessoas próximas ao ciclo familiar.

Posto isso, configura-se como *objetivo geral* reconhecer, em parte, a condução de ações no âmbito para o enfrentamento do abuso sexual infantil. Logo, elegemos quatro seguimentos investigativo que, na verdade, se posicionarão como *objetivos específicos* e darão subsídios a esta investigação. São eles:

1. *Como as escolas municipais têm trabalhado no decorrer do ano letivo as estratégias de conscientização, orientação e capacitação para o combate da violência sexual infantil. Se sim, quais as estratégias de combate?*
2. *O corpo técnico, especialmente na figura do professor e gestão, se sente preparados para identificar e dar o apoio necessário em caso de suspeita de abuso sexual infantil?*
3. *A escola tem conhecimento ou fazem uso de instrumentais produzidos e organizados por órgão estaduais e federais de conscientização e identificação de abuso sexual infantil destinados, em especial, aos espaços educacionais?*
4. *Quais os maiores obstáculos que a escola sugere ter para a implementação de ações orientadoras e preventivas no combate à violência sexual infantil no decorrer do ano letivo?*

A finalidade destas questões além de orientar os resultados desta investigação, é promover um alerta de profissionais da educação quanto à necessidade de estarem informados e preparados para identificarem e investigarem sinais e sintomas sugestivos de abuso sexual, visto que experiência de tal agravo traz inúmeras repercussões para o desenvolvimento integral da criança.

Ao formular as questões investigativas, o investigador define as variáveis que considera importantes para o estudo e os procedimentos metodológicos em termos da definição da amostra, instrumentos de recolha de dados, procedimentos ou cuidados a considerar nesta recolha e o tipo de análises se quantitativas e qualitativas que vão ser consideradas para se tratar os dados recolhidos. E buscando sanar as dúvidas acima

colocadas, este estudo optou por uma *abordagem qualitativa*. Os *instrumentos de pesquisas foram três questionários semiestruturados*, sendo um aplicados em seis (06) escolas pública municipais de Ensino Fundamental nos seguintes *sujeitos*: Seis (6) gestores, na intenção de identificar questões a respeito de estratégias e ações utilizadas para conscientização e prevenção, direcionamento dado aos casos suspeitos ou identificados, obstáculos enfrentados para a realização das ações e, conhecimentos sobre cartilhas informativas organizadas e disponibilizadas por órgãos estaduais e federais em campanhas de conscientização e prevenção (Anexo XVI). Um segundo questionário foi aplicado aos respectivos seis (6) professores destas escolas verificando suas percepções quanto seu preparo para lidar com casos de suspeitas de abuso e, se já identificou algum caso, que providências foram tomadas por ele (Anexo XVII). Um terceiro questionário foi aplicado a membros do Conselho Tutelar a fim de obter informações a respeito de quantitativo de denúncias originadas de escolas (Anexo XVIII).

Para as questões destinadas à gestão escolar também foram apresentadas algumas cartilhas produzidas nos últimos anos em âmbito Estadual e Federal para auxiliar o coletivo escolar no pleito de conscientização e combate ao abuso sexual. Fazemos referências das mesmas no quadro abaixo:

1. Guia escolar <i>publicação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação, publicada em 2011;</i>
2. <i>Cartilha Educativa - Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criada pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria Associação Brasileira Terra dos Homens – ABTH, criada em 2010;</i>
3. <i>A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir, produzida em 2018, que tratam de atribuições às escolas e ações com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.</i>
4. <i>Rede de Proteção - Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual, criada pela Childhood Brasil (Instituto WCF – Brasil), criado em 2009.</i>
5. <i>Aprendendo a prevenir. Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, produzido pela PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE, 2006.</i>
6. <i>Cartilha ilustrada “Bem me quer... Mal me quer” De criança para criança, criada por uma menina que foi vítima de abuso sexual intrafamiliar.</i>

7. *Cartilha Educativa – Campanha de prevenção à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes, produzida pela SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.*
8. *Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, criada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos direitos humanos/Secretaria Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente.*

Após uma relativa boa recepção da equipe pedagógica, foi lhes assegurado total sigilo mediante descrições da escola, tal como na identificação dos professores entrevistados. De acordo com a disponibilidade dos sujeitos investigados, representados neste estudo pelas simbologias (G1, G2, G3, G4, G5, G6 para os gestores e P1, P2, P3, P4, P5 e P6 para os professores). As entrevistas foram realizadas de forma individual em ambos os turnos, com escolhas aleatórias de professores.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste capítulo vamos trazer os resultados do estudo empírico fazendo coincidir com a verificação das questões levantadas. A ideia é discutir os resultados a luz dos referenciais teóricos sobre realidades e desafios no âmbito escolar quando se trata de violência sexual infantil. O que buscamos é apresentar como a escola tem se preparado para ser um dos pontos da rede de proteção, de conscientização e combate da violência sexual da criança.

### Quadro 1: Refere-se às questões colocadas à Gestão Escolar

Escolas	Que estratégias e ações a escola têm se utilizado	Que capacitação foram realizadas nos últimos anos	Em caso suspeito ou identificado, que direcionamento a escola dá	Quais os obstáculos a escola enfrenta para implementar as ações conscientizadoras	Tem acesso ou conhecimento de algumas das cartilhas já produzidas para o combate em de âmbito Estadual e Federal
G1	Parceria com palestras e vídeo aula	Capacitação para os professores através da Secretária de saúde	Não há casos identificados	Tema “melindroso” Ausência de conhecimento e habilidades para tratar o assunto	3 das 8 (sem uso)
G2	Parceria com palestras, reuniões e paradas.	Capacitação de professores pelo município	Não há casos identificados	Não há suporte e orientação para esses casos	2 das 8 (sem uso)
G3	Parcerias com palestra, oficinas e campanha <i>Faça Bonito</i> .	Duas capacitações pela prefeitura	Em torno de 6 casos	Resistência da família sobre o assunto	3 das 8 (sem uso)

G4	Parcerias com palestra, oficinas e ações de caminhada	Capacitação pela prefeitura	Não	Nenhuma dificuldade	1 das 8 (sem uso)
G5	Parceria com palestras e campanha <i>Faça Bonito</i>	Não há capacitação para os professores, o programa saúde na escola é com os alunos, mas não com os professores	Já houve casos foi encaminhado para o Conselho Tutelar	Falta mais capacitação direcionado ao tema.	3 das 8 (sem uso)
G6	Parceria com Palestras e campanha <i>Faça Bonito</i>	Não há capacitação. Apenas palestras sobre o assunto	Sim, vários, são encaminhados para o Conselho Tutelar	Os tabus que o tema envolve	2 das 8 (sem uso)

Nas questões trazidas pelos gestores quanto estratégias e ações que as escolas têm se utilizado, percebe-se que todos colocam que o trabalho é realizado através de parceria para palestras, paradas<sup>5</sup> e caminhadas. Quando indagados que parcerias eram utilizadas, a mais comum é com profissionais da saúde disponibilizados pela SEMED. A G1 relata utilizar vídeo aula, mas não faz referência quanto a fonte e período que ocorreu o repasse de informações para os professores. Observamos que tanto a G3, G5 e G6 fazem referência à campanha ‘*Faça Bonito*’<sup>6</sup>, que em suas ações luta pelos direitos de crianças e jovens para que possam se desenvolver com segurança e livres da violência sexual. Quanto a importância de parceria, Felício e colaboradores (2017) colocam que a ideia das parcerias é potencializar a cooperação entre rede de apoio, agentes e profissionais de áreas afins, sociedade e escola como sistema de garantia de direitos das necessidades das crianças e adolescentes, em seu peculiar estado de desenvolvimento, possam ser respondidas de modo qualificado e adequado. Nesse sentido, Manfio e colaboradores (2021), ressaltam que há uma crescente mobilização tanto os órgãos públicos quanto privados com a intenção de estimular um processo de intercâmbio entre as múltiplas formas de solidariedade, vivências e ações educativas implantadas em vários projetos e programas para reverter o quadro de violência que muitas crianças e adolescentes

<sup>5</sup> Palavra utilizada para designar desfiles de tropas e bandas em comemorações e dias festivos.

<sup>6</sup> Campanha que lembra a história de Araceli Cabrera Crespo, de 8 anos, que no dia 18 de maio de 1973 em Vitória-ES, a menina Araceli Santos foi sequestrada, espancada, estuprada, drogada e assassinada em meio a muitas drogas e sexo. O corpo emergiu seis dias depois, desfigurado pelo ácido. Os agressores de Araceli ficaram impunes. Esse fato foi divulgado pela mídia e chocou todo o país, conhecido como o “caso Araceli”. Para conscientizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento do problema, representantes do governo e de ONGs propuseram a criação de um Dia Nacional contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Este dia foi instituído em 2000 pela Lei Federal nº 9.970/00.

vivenciam. Colocam ainda que as instituições públicas e privadas nos âmbitos da saúde, educacional, cultural e de esporte e lazer exercem um papel importante na construção da cidadania. Assim como a importância que todos os integrantes dessa comunidade – educadores, técnicos, as próprias crianças e seus familiares – possam contribuir na defesa dos direitos desse segmento da população, participando do movimento local, nacional e internacional de enfrentamento à violência sexual.

Em âmbito federal, Penco (2015) salienta o “*Quadro Operativo*” do *Plano Nacional (BRASIL, 2001)* que se estrutura em torno de seis eixos para operacionalização das ações obrigatoriamente articuladas, a saber: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção e protagonismo infanto-juvenil, e a última, o ato de monitoramento e avaliação. O objetivo geral deste plano é: “[...] *estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira, para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*”. Em seus objetivos específicos busca capacitar profissionais que poderão desenvolver sua capacidade de reconhecer indícios de abuso em crianças, preparando-se, assim, para interromper o ciclo de violência sexual. Entre as ações está a capacitação destes profissionais cuja informações transmitidas contribuirão para educar o olhar desses profissionais no sentido de identificar sinais de abuso que não deixam marcas, bem como aperfeiçoar suas habilidades de escuta e sua capacidade de abordar essa temática tão delicada e penosa para as próprias crianças (PLANO NACIONAL - BRASIL, 2001, P, 14).

Quanto ao questionamento a respeito de capacitações dirigidas aos professores fica claro que não há uma capacitação dirigida especialmente a estes. Foi mencionado pelo G5 que não há capacitação para os professores, mas apenas para os estudantes através do Programa “Saúde na Escola”. Da mesma forma G6 coloca que não há capacitação propriamente dita, apenas palestras. Em conversas mais amiúdes, essas palestras só ocorrem no período do mês destinado ao combate e abuso à violência sexual de crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar que a nossa busca não obteve nenhum documento com atividade oficial que remetesse a esses objetivos específicos na intenção de capacitar profissionais em especial no âmbito escolar, até o mês de agosto, quando visualizamos a necessidade de uma segunda ida a SEMED na tentativa de obter novos dados. Na primeira busca foram

disponibilizados o cronograma da SEMED para os anos de 2022 e 2023 apenas do mês de março que, na verdade, não fazem referências as tais ações (ANEXO XIV e XV). Já na segunda ida, houve um diálogo onde foi explicado que a Secretária de Educação realiza apenas capacitações pedagógicas com os gestores e professores. Já projetos sociais, como direitos humanos, violência doméstica, abuso sexual, são sempre em parceria com o Programa Saúde na Escola, ou outras instituições como IFPa, Conselho Tutelar, entre outros. Foi também nos apresentado e disponibilizado o relatório do projeto intersetorial direitos humanos na escola bragantina com o tema: A garantia de direitos e a proteção de mulheres, contra a violência doméstico (Anexo XX), porém esse tema não abraça a nossa pesquisa, fala minimamente sobre a violência sexual, em nenhum momento faz alusão a uma capacitação para professores pra identificar os sintomas, lidar com a situação e dialogar com a vítima, já que segundo Araújo (2002):

A criança ou adolescente vitimada reluta em denunciar o agressor (pai, padrasto ou irmão, pois corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida ou até afastada de casa sob a acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar. (ARAUJO,2002. Pag. 8)

Ou seja, um diálogo mal expressado ou mal colocado pode fazer com que a vítima relute em denunciar e esconda o abuso para que não desacreditada ou responsabilizada.

Quanto ao número de casos identificados no espaço escolar, apenas G3, G5 e G6 mencionaram terem detectados e todos foram encaminhados ao Conselho Tutelar. Note que G6 mencionou seis casos, mas não esclarecemos no momento da pesquisa o período que ocorreram. Neste ponto, Manfio e colaboradores (2021) ressaltam que a escola é o lugar onde a violência pode ser mais facilmente enxergada, porque é o único espaço que crianças e adolescentes frequentam cotidianamente com adultos responsáveis fora do círculo família.

Quando se buscou pelos obstáculos que a escola enfrenta para implementar as ações conscientizadoras, cada gestor colocou uma questão em especial: tema melindroso; ausência de conhecimento e habilidades para tratar o assunto; não há suporte e orientação para esses casos; resistência da família sobre o assunto; os tabus que o tema envolve.

De fato, educação sexual é e sempre foi um problema para ser abordado tanto no âmbito familiar como no escolar. No entanto, Bruno (1994), quando realizou um estudo sobre a temática, coloca que a Educação Sexual é defendida desde o começo do século

pelos médicos que em 1915 a usavam para combater a masturbação e doenças venéreas, tendo sido a igreja um instrumento de freio, com o objetivo de manter a moral e a dependência que a repressão do pecado e ignorância provocam. No entanto, a mesma conseguiu ser dada de forma curricular e obrigatória aos jovens nos colégios, desde 1956 na Suécia e desde 1973 na França. No Brasil, o movimento feminista pós-ditadura militar reivindicava a introdução da matéria nas escolas, por achar que o debate sobre sexualidade ajudaria no movimento de Emancipação Feminino. A Educação Sexual era, naquele momento, um instrumento eficaz para a redução do crescimento demográfico.

Pedroso e Barbosa (2017) defendem a grande necessidade da apropriação do conhecimento sobre sexualidade humana via currículo escolar. Para os autores, na atualidade, somente algumas escolas particulares desenvolvem o programa específico de Educação Sexual ou integram a discussão em outras disciplinas. Nas escolas públicas é dada de maneira discreta, pois não há incentivo de órgãos públicos competentes embora em alguns estados já faça parte do currículo escolar. Na verdade, o que as pesquisas constata é que existe um trabalho de “informação sexual”, sem enfoques aprofundados relacionados aos aspectos físicos, psicológicos e sociais. Na mesma linha de raciocínio, Miranda, Oliveira e Maio (2013) destacam a importância da educação sexual escolar para a aprendizagem das crianças sobre as questões do corpo, a existência do abuso sexual e formas de enfrentamento e proteção. Logo, defendem que é dever da escola, como instituição social, tomar atitudes de enfrentamento ao abuso sexual infantil através de ferramentas de prevenção, conhecimento e combate. Mas isso só pode ser feito, se os próprios agentes escolares juntamente com a família quebrarem a barreira imposta pelo tabu social e religioso sobre a sexualidade humana.

Para Brino e Williams (2008), a defesa do corpo e prevenção de qualquer tipo de violência contra ele também passa pela Educação sexual. O abuso sexual pode ser prevenido se crianças forem ensinadas a reconhecer comportamentos inapropriados e violentos dos adultos e buscarem ajuda.

### **Quadro 2: Refere-se às questões colocadas aos Professores**

<b>Professores</b>	<b>Se sente preparado e seguro para identificar os sinais e sintomas</b>	<b>Já ocorreu situações que suspeitou</b>	<b>Que comportamentos foram apresentados pela criança</b>	<b>Que medidas tomou</b>
<b>P1</b>	Não, se sente insegura	Não		
<b>P2</b>	Sente que precisa estar mais segura	Não		

	para qualquer abordagem			
<b>P3</b>	Não sabe dizer, mas procura estar preparado	Sim	Desinteresse nas atividades, sonolento, quieto e silencioso	Procurou a direção da escola e encaminhado para o Conselho Tutelar
<b>P4</b>	Não se sente segura.	Nunca.		
<b>P5</b>	Totalmente não	Sim	Isolada, triste, ausência da escola.	Não houve a denúncia, pois não tinha certeza, apenas suspeita.
<b>P6</b>	Não se sente preparada, mas consegue identificar algumas situações	Sim	Isolamento, pouca comunicação e falta de confiança	Repassou o relato a família e depois o caso foi direcionado ao Conselho Tutelar.

Trazemos agora a discussão para a entrevista feita com os professores. Segundo as respostas coletadas, P1 e P4 dizem que não se sentem seguras e preparadas para tal situação, P2 e P5 afirmam que não se sentem totalmente seguras e P3 e P6 não sabem ao certo se estão preparadas para essa situação, mas que conseguem ou procuram estar preparadas. Mediante a isso, fica evidente a insegurança que os professores sentem em identificar e de como lidar com uma situação de suspeita de abuso sexual; e de acordo com os diversos teóricos que temos abordado neste trabalho, assim como as diretrizes de campanhas estaduais e federais, o identificar se torna crucial para haja o enfrentamento desse crime. Para isso, é fundamental a capacitação de professores e outros agentes escolares. O professor como figura central e de constante contato com a criança no espaço escolar deve estar, minimamente, preparado e seguros para avaliar uma criança não apenas pelo seu desempenho cognitivo, mas também, seu desenvolvimento social e mudanças comportamentais, sabendo que fatores externos ao espaço escolar influencia no rendimento escolar dos alunos, tornando-se incoerente desassociar a vivência do aluno. Até mesmo Piaget (1974) não descarta a influência do ambiente no processo de desenvolvimento, mesmo tendo focado os seus estudos no processo de desenvolvimento como um fator interno. Faz-se importante também saber extrair as denúncias da vítima através do diálogo, já que crianças com até seis anos de idade têm mais dificuldade em denunciar a violência sexual, não tendo condições cognitivas e verbais o suficiente para que possam relatar a violência ou lembrar dos ocorridos (Vogeltanz; Drabman, 1995)

Caminhando para a próxima pergunta do questionário, em saber se as professoras já identificaram casos de abusos na sala de aula, as respostas ficam divididas, P1, P2 e P4 afirmam que nunca suspeitaram; enquanto P3, P5 e P6 já suspeitaram de que algum de seus alunos estavam sendo vítimas de abuso sexual. Para as professoras que alegam ter conseguido identificar ou suspeitar de uma vítima de abuso, foi perguntado quais os



comportamentos que foram realizados pelas crianças, e todas responderam a quietude, isolamento, tristeza, complementaram falando sobre o rendimento escolar e social, como desinteresse em realizar atividades escolares, ausência da escola e falta de comunicação e confiança.

Para Miranda e Maio (2013), não é difícil um professor perceber quando uma criança tem a probabilidade de abuso sexual. Até porque apresenta em seu contexto escolar diversos sintomas, entre eles, dificuldade de falar sobre o problema – ao contrário, a literatura aponta que a criança que sofreu ou está sofrendo abuso sexual demonstra dificuldades em relatar o fato; comportamentos sexualizados, como o toque frequente nos órgãos sexuais, desenhos e posturas sexuais constantes; problemas no sono (pesadelos, vigília) ao ponto de estar frequentemente cansada para acompanhar as aulas; medo de voltar para casa após a escola; recusa de toque de outras pessoas, desenvolvendo comportamentos irritadiços, agressivos ou chorosos; se comporta de forma retraída, isolada e quieta; medrosa; envergonhada, triste e carente; desconfiada; passiva.

As autoras colocam que a curto e médio prazo, os comportamentos se modificam de tal maneira que é impossível um professor atento e treinado não os perceberem no cotidiano escolar. Alegam ainda, que um dos prejuízos que uma criança abusada pode sofrer são dificuldades de socialização com os coleguinhas e recusa de brincadeiras e jogos e, de aprendizagem escolar. Nestes termos, salientam que a ausência de capacitação de professores e do coletivo escolar é um grave desrespeito às leis de garantia de direitos e proteção.

Também foi perguntado qual atitude foi tomada após a suspeita. A P3 levou o caso para a direção da escola que logo em seguida foi encaminhado para o Conselho Tutelar. A resposta da P5 gera uma certa preocupação e mostra o despreparo e insegurança, pois mesmo conseguindo identificar uma vítima, não teve reação em fazer a denúncia por não ter certeza, não houve diálogo com a criança para que pudesse extrair explicações sobre a sua mudança de comportamento, P5 relata que após um tempo mais avançado descobriu que sua suspeita estava certa, porém a criança já não era mais sua aluna, o crime tinha sido descoberto pela mãe da criança. Penso que a segurança e a paz dessa criança foi adiada por falta de capacitação e preparo. Já a P6 afirma que comunicou a família e após isso foi comunicado o Conselho Tutelar, após conversar com a aluna certificou que era confiável contar para a mãe, fazendo assim a denúncia, isso reforça a necessidade de

dialogar com a criança, para saber se as suspeitas estão certas e se é seguro comunicar os pais, considerando a maior incidência em casos intrafamiliares.

**Tabela 1: Dados obtidos do Conselho Tutelar do ano de 2022.**

Nº de Denúncias Anuais	Nº de Denúncias feitas por escolas	Qual Gênero e Faixa etária são mais presentes nos casos de abuso sexual	Como atua junto com as escolas	Quem são em maioria os acusados de abuso	Mais contribuições para esse Estudo
12 vítimas Comprovadas	Não se tem o número exato, mas são poucas e raras as denúncias.	Feminino de 7 a 12 anos	O conselho além de trabalhar na Campanha faça bonito, também tem o “conselho na Escola” onde eles visitam as escolas durante do ano abordando assuntos como exploração sexual, violência sexual, bullying e entre outros.	Abusadores intrafamiliares	A escola está mais presente agora, após tantos movimentos e parcerias, mas anteriormente ela não identificava ou omitia casos, e tentava resolver na escola e não repassava aos órgãos responsáveis.

A este órgão, foi questionado quanto ao número de Denúncias feitas durante o ano de 2022 e foi apresentado pelos conselheiros um registro (Anexo XIX) que numeram 12 casos que foram comprovados. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990/2010), o Conselho Tutelar é similar a um órgão com autonomia, permanente e não jurisdicional (art. 131) com a competência de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 136, incisos I a XI). O Conselho tem competência para atuar junto às famílias, escolas e comunidade recebendo as denúncias de violência sexual, assim podendo encaminhar para outros órgãos que iram tomar uma medida de proteção, bem como acompanhando a família no processo de revelação e reorganização após o abuso.

Foi questionado quanto às denúncias são feitas por escolas, apesar de não apresentar evidências ou números, o conselheiro declara que são raras as denúncias feitas por escolas. E o questionamento que fica é: *por que é raro essa denúncia feita pelas escolas? Será dificuldade em identificar as vítimas?* KONZEN (2000) afirma que:

O Conselho Tutelar não possui capacidade legal de interferência em assuntos internos da Escola. No entanto, tem plena legitimidade para verificar, por

exemplo, o aproveitamento escolar de determinada criança ou adolescente, não com o propósito de interferir na Escola, mas para determinar aos pais ou ao responsável as medidas para a correção das insuficiências... (KONZEN, 2000. Pág. 26).

Com essa afirmação percebemos que o Conselho pode agir sim dentro do espaço escolar, mas não pode interferir diretamente nos assuntos internos da escola. Logo é necessário que a escola e o Conselho andem em parceria, buscando diálogo e comunicação para que os direitos das crianças sejam assegurados.

Quando se trata de sexo das vítimas de abuso, o conselheiro responde que as vítimas em sua maioria são do gênero feminino entre 7 e 12 anos, confirmando e ressaltando a pesquisa já citada nesse trabalho que diz que as meninas, são o principal alvo dos pedófilos, por conta de toda uma construção histórica machista, opressora e patriarcal que reforça a cultura do estupro.

Tratando-se de como o Conselho Tutelar atua juntamente com as escolas, é colocado que o órgão atua dentro das escolas na campanha de 18 de maio “faça bonito”, fazendo palestras com os alunos e professores, com a comunidade, pais e responsáveis. Além da campanha, há também o projeto Conselho na Escola, que visita as escolas ao decorrer do ano abordando não só o tema abuso sexual, como também, exploração, trabalho infantil, Bullying, entre outros assuntos que são importantes para que a criança entenda os seus direitos.

Quando foi abordado sobre a autoria de abusos, a resposta coincide com as estatísticas já citadas neste trabalho, que afirma que 70% dos casos de abusos sexuais infantis são intrafamiliares. Segundo Araújo (2002):

Violência intrafamiliar designa a violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio (ARAÚJO, 2002. Pág. 4).

O conselheiro mostrou durante a entrevista bastante tristeza ao repassar essa informação, que completou dizendo que era desesperador saber que as crianças não estão protegidas nem dentro de seu próprio lar, onde deveriam ser amadas e respeitadas.

Para finalizar, pedimos que o conselheiro nos desse mais contribuições para essa pesquisa e sua resposta foi essencial para entender os questionamentos deixados na primeira pergunta, o conselheiro afirma que as escolas não identificam as crianças vítimas e quando identificam, omitem, por insegurança e medo de gerar atritos com a família. Na

verdade, tentavam resolver dentro da escola, e não repassavam aos órgãos competentes. Contudo, graças aos movimentos de combate ao abuso sexual infantil estão havendo mais denúncias, mesmo que ainda não haja número satisfatório, considerando a realidade de abusos intrafamiliar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notório que a proteção e o bem-estar das crianças são de extrema importância e pertencentes a vários seguimentos da sociedade. Os resultados aqui apresentados não se mostraram diferentes do que outros estudos tem mostrado em âmbito nacional, no sentido de ser precípuo a preparação de professores, gestores e todos os agentes de espaços escolares para a identificação e ação do abuso sexual infantil, exatamente por ser um espaço de longa permanência da criança. Este estudo procurou trazer essa visão e, quiçá, lançar luz sobre um tema sombrio e doloroso: o sofrimento infantil de violação tão intensa e de feridas duradouras como as provocadas pelo abuso sexual. Essa violação não afeta apenas a integridade física e emocional das vítimas, mas também de toda dinâmica familiar, uma vez que em parte são realizadas por pessoas de confiança da criança e do próprio grupo familiar.

Entendo, que este estudo, mostra a fragilidade de instituições que deveriam ser fontes de segurança e apoio. Uma vez que a escola, como uma das principais instituições na vida das crianças, emerge como um fator crucial na prevenção, identificação e resposta à violência sexual infantil. Através da análise detalhada, tornou-se claro que os profissionais da educação ao desempenharem um papel insubstituível na criação de ambientes seguros e acolhedores, sentem-se inseguros e poucos preparados. A capacidade de reconhecer os sinais sutis, agir com empatia e eficácia diante de denúncias são competências fundamentais que podem moldar o curso da vida das vítimas, ou evitar que crianças sejam abusadas. Outrossim, as campanhas de órgãos públicos afins, pouco manifestam um direcionamento e engajamento satisfatório para efetivar a conscientização e combate à violência sexual seja qual faixa etária. Penso que ainda estão atreladas à datas especiais, sem a compreensão que crianças, adolescentes, meninos e meninas são vitimadas todos os dias.

À medida que encerramos este estudo, é minha esperança que os resultados e as conclusões aqui apresentados sirvam como um chamado à ação para educadores,

administradores escolares, pais e toda a comunidade. A proteção da infância e o compromisso com um futuro mais seguro dependem da nossa capacidade de enfrentar a violência sexual infantil com coragem, empatia e uma determinação inabalável. Que esta pesquisa seja apenas o começo de uma jornada contínua em direção a escolas mais seguras e crianças mais protegidas.

Quanto ao meu interesse nesta desafiadora temática, continua crescente em investigar e discorrer sobre a complexidade de ambientes que deveriam primar pela proteção de direitos e salvaguardar a integridade física e emocional de nossas crianças.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Abuso sexual, Mitos e Realidade**. Por quê?! Quem?! Como?! O quê?! 3ª ed. rev. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais da saúde**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002.

ALMEIDA, E. S. **A Investigação Temática na perspectiva da articulação Freire-CTS**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**, p. 3-11, 2002.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BASS, E.; THORNTON, L. (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm) . Acesso em: 2 jun. 2023.

Brasil. (1990/2010). Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª. Ed. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF.

BRINO, R.F.; WILLIAMS, L.C.A. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil.** Educação e Realidade, n. 33 (2): 209-230, 2008.

BRUNO, Zenilce Vieira; BRUNO, Zenilda Vieira. **Porque é tão Difícil Implantar Educação Sexual nas Escolas.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 5, n. 1, 1994.

CARVALHO, Elis. **Professores são os que mais denunciam violência sexual contra crianças.** A Gazeta, Grande Vitória, s/p, 26 nov. 2018. disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/11/professores-sao-os-que-mais-denunciam-violencia-sexual-contra-criancas-1014157345.html>. Acesso em: junho de 2023.

CERCA de cinco crianças são vítimas de violência sexual por dia no Pará. G1 Pará, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/18/registros-de-violencia-sexual-contra-criancas-aumentaram-17percent-no-para.ghtml>> Acesso em: 23 de maio de 2023.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D.S.C. **Estupro no Brasil:** uma radiografia segundo os dados da Saúde. Nota Técnica nº 11. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2014

CIDACS, ISC/UFBA, UNFPA. Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Fundo de População das Nações unidas. **Sem deixar ninguém para trás:** Gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência. Bahia: UNFB, 2023. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf>> Acesso em: julho de 2023

CORDEIRO, F.A. **Aprendendo a prevenir:** orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

**Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023.** Gov.br, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>>. Acesso em maio de 2023.

E. R. M. ou MAIO, E. R.; FERRARI, Lenir Zanette . **A ESCOLA COMO AGENTE DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, ABUSO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** In: II Simpósio Internacional de Educação sexual? gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares, 2011, Maringá. II Simpósio Internacional de Educação sexual gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares. Maringá: UEM, 2011. v. 1. p. 1-1.

FILHO, F. H. C.; FERNANDES, L.M. F., **Violência sexual e culpabilização da vítima:** sociedade patriarcal e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=47f5d6b9ad18d160> acesso em jun. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual:** múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

KONZEN, Afonso Armando. Conselho Tutelar, escola e família: parcerias em defesa do direito à educação. **Pela justiça na educação**, p. 159-191, 2000.

LIRIO, Flávio. **A escola pública e a política de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente.** Escola que protege enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes. 1ed. boa vista: editora da UFRR, v. 1, p. 15-38, 2014.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. **Educação sexual:** princípios para ação. **doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

**Mais de 70% de casos de abuso sexual em vítimas entre 0 e 17 anos ocorreram dentro de casa em SP.** Andi, 2023. Disponível em: <

[https://andi.org.br/infancia\\_midia/mais-de-70-de-casos-de-abuso-sexual-em-vitimas-entre-0-e-17-anos-ocorreram-dentro-de-casa-em-sp/](https://andi.org.br/infancia_midia/mais-de-70-de-casos-de-abuso-sexual-em-vitimas-entre-0-e-17-anos-ocorreram-dentro-de-casa-em-sp/)> Acesso em: JUL de 2023.

MIRANDA, A. C. T.; OLIVEIRA, M. de; MAIO, E. R. **Abuso sexual infantil e escola:** Enfrentamento e intervenções pedagógicas. In: Fazendo Gênero, 10. 2013, Florianópolis. Anais, Florianópolis: UFSC, 2013.

MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo; DE LIMA, Edyane Silva; MAIO, Eliane Rose. **Instituições sociais:** as interfaces entre escola e CREAS sobre a violência sexual contra crianças. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 2, 2013.

MOREIRA, R. B. da R.; CUSTÓDIO, A. V. **O papel das políticas públicas na promoção de ações de sensibilização sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.** Revista Jurídica Direito e Paz, v. 2, 123-144, 2019.

MINUCHIN, Salvador; CUNHA, Jurema Alcides. Famílias: funcionamento & tratamento. In: **Famílias: funcionamento & tratamento.** 1990. p. 238-238.

NETO, Wilmar Ferreira Neves et al. **VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: ESTRATÉGIAS EXTENSIONISTAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR.** In: **Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar.** 2021.

PEDROSO, M. R.; BARBOSA, C. W. M. **A criança vítima de abuso sexual e a escola sob a perspectiva dos profissionais da educação de Lages/SC.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Unifacvest, 2017.

PENCO, Andreia et al. **O Projeto “Escola que Protege” em Dourados/MS:** prevenção da violência sexual infantojuvenil no âmbito educacional. 2015.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. São Paulo: Freitas Bastos, 1974.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.

POLAC, A. F. L. **Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude**. Dissertação (Mestrado), São Paulo – SP: USP, 2015, 129 f.

RODRIGUES, J. O.; SILVA, J. L. C., **O crescimento da exploração e abuso infantil no Pará como risco iminente durante a pandemia**. EMPORIO DO DIREITO, v. 1, p. 1, 2021. Disponível em: < <https://emporiოდireito.com.br/leitura/o-crescimento-da-exploracao-e-abuso-infantil-no-para-como-risco-iminente-durante-a-pandemia>> acesso: Jul de 2023.

SANTOS, B.R.; IPPOLITO R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes** – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANT’ANA, Karoline Vieira; CORDEIRO, Ana Luísa Alves. A Importância da Educação Sexual como Instrumento de Orientação para a Identificação e Prevenção do Abuso Sexual Infantil. In: **Anais do XXIX Seminário de Educação**. SBC, 2021. p. 1266-1280.

UNICEF Brasil e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. UNICEF BRASIL, 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>> Acesso em: maio de 2023.

VAGLIATI, A. C. GAGIOTTO, G. M. **Gritos do Silêncio: O professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós – Graduação em Stricto Senso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

VOGELTANZ, N.D.; DRABMAN, R.S. A Procedure for Evaluating Young Children Suspected of Being Sexually Abused. *Behavior Therapy*, New York, n. 26, p. 579- 597, 1995.

VOLNOVICH, Jorge R. Abuso sexual na infância. In: **Abuso sexual na infância**. 2005. p. 204-204.

## REFERENCIAS – CARTILHAS

### Cartilha I

Santos, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

### Cartilha II



Programa Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes. Cartilha Educativa - Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ABTH, 2010. Disponível em: < [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/cartilha\\_campanha\\_de\\_prevencao\\_a\\_violencia\\_sexual\\_contra\\_crianca\\_s\\_e\\_adolescentes.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/cartilha_campanha_de_prevencao_a_violencia_sexual_contra_crianca_s_e_adolescentes.pdf)>

#### Cartilha III

Governo do Estado de São Paulo. A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir – São Paulo: 2018

#### Cartilha IV

Santos, Benedito Rodrigues dos, Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. - São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

#### Cartilha V

Cordeiro, Flávia de Araújo. Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. 16 p.

#### Cartilha VI

CALIXTO, Anna Luiza. Cartilha Bem Me quer, Mal Me Quer: De Criança para Criança Vamos Falar De Abuso Sexual Infantil.

#### Cartilha VII

Programa Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes. Cartilha Educativa - Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ABTH. Disponível em: < [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf)>

#### Cartilha VIII

Secretaria Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente. Abuso Sexual Contra Crianças E Adolescentes – Abordagem De Casos Concretos Em Uma Perspectiva Multidisciplinar E Interinstitucional, Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>>

## ANEXOS I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **Problematizando a Violência Sexual no contexto educacional**: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. desenvolvida pela discente Silvielly Andrade de Oliveira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela professora D<sup>a</sup> Ana Cláudia Castro a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via email [\\_anacastro1301@outlook.com](mailto:_anacastro1301@outlook.com). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

*Silvielly*

Assinatura do (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_

*Silvielly Andrade*

## ANEXO II



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **Problematizando a Violência Sexual no contexto educacional**: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. desenvolvida pela discente Silvielly Andrade de Oliveira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela professora D<sup>a</sup> Ana Claudia Castro a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via email [\\_anacastro1301@outlook.com](mailto:_anacastro1301@outlook.com). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do (a) participante: Maria Amélia S. Martins

Assinatura do (a) pesquisador (a): Silvielly Andrade

## ANEXOS III



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **Problematizando a Violência Sexual no contexto educacional**: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. desenvolvida pela discente Silvielly Andrade de Oliveira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela professora D<sup>a</sup> Ana Claudia Castro a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via email [\\_anacastro1301@outlook.com](mailto:_anacastro1301@outlook.com). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do (a) participante: Silvia Marques Gomes

Assinatura do (a) pesquisador (a): Silvielly Andrade

## ANEXO IV



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **Problematizando a Violência Sexual no contexto educacional**: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. desenvolvida pela discente Silvielly Andrade de Oliveira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela professora D<sup>a</sup> Ana Cláudia Castro a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via email \_anacastro1301@outlook.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do (a) participante: Vanessa Sousa de Alencar

Assinatura do (a) pesquisador (a): Silvielly Andrade

## ANEXOS V



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **Problematizando a Violência Sexual no contexto educacional: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.** desenvolvida pela discente Silvielly Andrade de Oliveira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela professora D<sup>a</sup> Ana Claudia Castro a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via email [\\_anacastro1301@outlook.com](mailto:_anacastro1301@outlook.com). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do (a) participante: Glisângela J. da Silva

Assinatura do (a) pesquisador (a): Silvielly Andrade

ANEXO VI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 37/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº de Protocolo: 23073.025728/2023-91

Bragança-PA, 14 de abril de 2023.

A(o) Senhor(a)

Carla Maria Rodrigues de Oliveira

Diretor(a)

E M E F Profª Maria José dos Santos Martins - Maricotinha  
Rua Dom Pedro II, 1495 - Cereja  
68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Diretor(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na Identificação e no combate ao abuso sexual de crianças"**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 16/04/2023 00:24)  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matrícula: 88893586

(Assinado digitalmente em 14/04/2023 23:37)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matrícula: 88860282

Recebido  
em 25/05/23  
[Assinatura]

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 37, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 14/04/2023 e o código de verificação: a52674f87b

ANEXO VII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 39/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº de Protocolo: 23073.025730/2023-60

Bragança-PA, 14 de abril de 2023.

A(o) Senhor(a)

Diretor(a) Maria do Socorro da Silva.  
E.M.E.F Cristiano José de Medeiros Rosa  
Av. Almir Gabriel, 701 - Perpétuo Socorro  
68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Diretor(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças**", sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 16/04/2023 00:22)  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matricula: 00093586

(Assinado digitalmente em 15/04/2023 08:23)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: 00060282

Recebido em 10/05/2023

EMEFCRISTIANO ROSA  
Maria do Socorro da Silva  
GESTORA

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/publico/documentos/index.jsp> informando seu número: 39, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 14/04/2023 e o código de verificação: 6ecee1e731



ANEXO VIII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 40/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº de Protocolo: 23073.025731/2023-12

Bragança-PA, 14 de abril de 2023.

A(o) Senhor(a)

*Rosa Maria Ribeiro da Silva*

Diretor(a)  
E.M.E.F DR. Simpliciano Fernandes de Medeiros Júnior  
Rua Dr. Justo Chermont, S/N - Centro  
68600-000 Bragança - PA

E.M.E.F. DR. SIMPLICIANO F. M. JUNIOR  
CNPJ: 01.914.400/0001-75  
RUA JUSTO CHERMONT S/N CENTR  
INEP: 15057879  
BRAGANÇA, PARÁ

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Diretor(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças", sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

*Rosa Maria Ribeiro da Silva*

Atenciosamente,

*Rosa Maria Ribeiro da Silva*  
GESTORA  
PORT. 2361

(Assinado digitalmente em 16/04/2023 00:21)  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matricula: 00093586

(Assinado digitalmente em 15/04/2023 08:23)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: 00060282

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 40, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 14/04/2023 e o código de verificação: 5cd0418605

ANEXO IX



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 41/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº de Protocolo: 23073.025732/2023-59

Bragança-PA, 14 de abril de 2023.

A(o) Senhor(a)

*Resimery Santos da Silva*

Diretor(a)

E.M.E.F Júlia Quadros Peinado  
Rua Jani Quadros, 296 - Morro  
68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Diretor(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças"**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 16/04/2023 00:20)*  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matrícula: 00093506

*(Assinado digitalmente em 15/04/2023 08:23)*  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matrícula: 00060202

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 41, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 14/04/2023 e o código de verificação: 51ddd20788

ANEXO X



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 45/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº de Protocolo: 23073.029220/2023-61

Bragança-PA, 28 de abril de 2023.

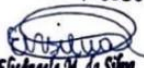
A Senhora  
Elisângela Moreira da Silva  
Diretora  
E.M.E.I.F Rio Caeté  
Travessa Oliveira Pantoja, S/N - Riozinho  
68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Diretor(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças"**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

Recebido: 03  
05  
23  
  
Elisângela M. da Silva  
GESTORA ESCOLAR  
PORT. Nº 078/2022

(Assinado digitalmente em 01/05/2023 14:05)  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matricula: 00093506

(Assinado digitalmente em 29/04/2023 13:58)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: 00060202

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 45, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 28/04/2023 e o código de verificação: 3cf141665c

## ANEXO XI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - BRAGANÇA

OFÍCIO Nº 32/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº do Protocolo: 23073.024989/2023-93

Bragança-PA, 12 de abril de 2023.

A Senhora  
Giselle Beatriz Evangelista Gomes Damasceno  
Diretora da E.M.E.I.F Profa. Theodomira Raimunda da Silva Lima  
Avenida Nazeazeno Ferreira, S/N - Riozinho  
CEP 68600-0000 Bragança - PA

Senhora Diretora,

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças**", sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 13/04/2023 21:51)  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CRRAG (11.11)  
Matricula: 88893586

(Assinado digitalmente em 12/04/2023 18:59)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: 88860282

Giselle Beatriz Evangelista Gomes Damasceno  
GESTORA ESCOLAR  
PORT. Nº 0.8/2022  
02/05/2023

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 32, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 12/04/2023 e o código de verificação: 296d2181b8

ANEXO XII



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Protocolo Geral: \_\_\_\_\_  
Recebido em: 23/05/2023  
Dia: \_\_\_\_\_  
Destino: \_\_\_\_\_  
Ass. Recebido: \_\_\_\_\_

OFÍCIO Nº 53/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº do Protocolo: 23073.032112/2023-76

Bragança-PA, 09 de maio de 2023.

Ao Senhor  
Alcides Rufino de Oliveira Neto  
Secretário Municipal de Educação  
Prefeitura Municipal de Bragança  
Tv. 13 de maio, S/N - Centro  
68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor Secretário,

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças"**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 11/05/2023 12:09)*  
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matricula: ##935#6

*(Assinado digitalmente em 09/05/2023 20:19)*  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: ##602#2

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 53, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 09/05/2023 e o código de verificação: e4b29651ff

ANEXO XIII



CONSELHO TUTELAR DE BRAGANÇA

RECEBIDO

Em: 23/05/2023

*Julius Zark*  
Assinatura do Conselheiro

OFÍCIO Nº 46/2023 - FACEDUC (11.11.03)

Nº do Protocolo: 23073.029841/2023-45

Bragança-PA, 02 de maio de 2023.

A(o) Senhor(a)

*Felipe Bastos*

Conselheiro(a)

Conselho Tutelar de Bragança

Rua Dr. Roberto, 100 - Alegre

68600-000 Bragança - PA

**Assunto: Apresentação de aluno(a) para pesquisa de TCC.**

Senhor(a) Conselheiro(a),

1. Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA**, regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Instituição.
2. A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas tem se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual de crianças**", sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Castro.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 02/05/2023 21:56)  
ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO  
CBRAG (11.11)  
Matricula: ###935#6

(Assinado digitalmente em 02/05/2023 21:14)  
ANA PAULA VIEIRA E SOUZA  
DIRETOR DE FACULDADE - TITULAR  
FACEDUC (11.11.03)  
Matricula: ###602#2

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 46, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 02/05/2023 e o código de verificação: 2e3f7ab0ab

# JORNADA 20 PEDAGÓGICA 22

**TEMA: "Documento Curricular da Escola Bragantina: Reflexões, Práticas e Desafios"**

## ABRIL

**11 a 01/06-** Formação do sistema EducarBR para professores, conforme cronograma de dias e horários divulgado; UAB (**quem tiver notebook pode levar**).

**13/04-** Formação inicial dos Professores do Projeto EducaPesca. (UAB, Início às 15h).

**18/04-** Formação para Professores de Educação Física. (SENAI, Manhã 8h e tarde 14h).

**19/04-** Formação para Professores de Informática Educativa; (UAB, Manhã 8h e tarde 14h).

**25/04-** Formação para Professores de Informática Educativa; (VIRTUAL, 19h).

**26/04-** TARDE - Palestra: Concepção de Educação em Freire: Práticas e Desafios. Palestrante: Prof. Dr. Salomão Hage; (Auditório da UFPA, Público: Gestores e Coordenadores, às 14h).

**27/04-** MANHÃ - Documento Curricular da Escola Bragantina: A primazia dos sujeitos, contextos e das práticas – PPP/ Plano de Ação e Elementos Estruturantes dos Planos de Ensino. Palestrantes: Prof. Me. Marcos Renan Freitas de Oliveira e Prof. Dr. Rogério Andrade Maciel (Auditório da UFPA, Público: Gestores e Coordenadores, às 08h);

**28/04-** Apresentação e Formação do Programa Tempo de Aprender e Alfaletando. Profª. Drª. Mª. Gorete Rodrigues Cardoso; (Auditório da UFPA, Manhã 08h e tarde 14h, Público: Professores do 1º ao 3º ano (turmas regulares) do Ensino Fundamental).

## MAIO

**03/05-** Círculos de Diálogos sobre o Organizador Curricular da Educação Infantil. Palestrante: Profª. Drª. Mª. Natalina Mendes Freitas; (Professores da Ed. Infantil) - (**Auditório da UFPA - Manhã 8h e tarde 14h**).

**04/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular do Ensino Fundamental - Urbano. Palestrante: Me. Rosilene Quaresma; (Público: Professores de 1º ao 5º ano- **Auditório da UFPA - Manhã 8h e tarde 14h**).

**05/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular do Ensino Fundamental - Campo. Palestrante: Prof. Dr. Salomão Hage; (Público: Professores do 1º ao 5º e Multisserie e 6º ao 9º Regular- **Auditório da UFPA - Manhã 8h e tarde 14h**).

**06/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular da Informática Educativa. Palestrante: Profª. Drª. Danielle Couto; (Público: Professores da Inf. Educativa, **UAB - Manhã 8h e tarde 14h**).

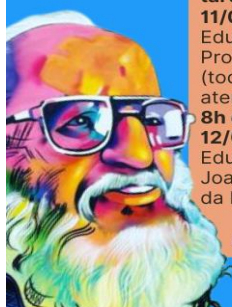
**06/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular do Sistema Modular de Ensino. Palestrante: Esp. Marco Antonio Oliveira; (Público: Professores do Modular). **Auditório da UFPA - Manhã 8h e tarde 14h**).

**10/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular da Educação Especial Inclusiva. Palestrante: Me. Valena Mesquita; (Público: Professores de AEE e de Turmas com alunos com deficiência) - **Igreja Toronto - Manhã 8h e tarde 14h**).

**11/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Palestrante: Profª. Drª. Roseane Pinto; (Público: Coordenadores (todos), professores do Quilombo e das escolas que atendem alunos quilombolas, **Auditório da UFPA - Manhã 8h e tarde 14h**).

**12/05-** Círculos de Diálogos do Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos. Palestrante: Profª. Drª. Joana d'Arc Neves de Vasconcelos; (Público: Professores da EJA - **Auditório da UAB - Manhã 8h e tarde 14h**).

**23 A 27/05-** OFICINAS POR ETAPAS E MODALIDADES - PARTICIPANTES POR PÓLO; E DEMAIS PROFISSIONAIS DA ESCOLA



## ANEXO XV

#avança.ideb



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BRAGANÇA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



# CRONOGRAMA DE ACOLHIMENTOS POR PASTAS - 2023 -

03/03

## SISTEMA MODULAR DE ENSINO

**PÚBLICO:** Professores do Sistema Modular  
**LOCAL:** Auditório da UAB  
**HORÁRIO:** 08h

09/03

## PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

**PÚBLICO:** Coordenadores Pedagógicos  
**LOCAL:** Casa da Cultura  
**HORÁRIO:** 08h30min / 14h30min

### Manhã:

EMEF CRISTIANO JOSÉ DE M. ROSA  
EMEF SEMENTINHA DO SABER  
EMEF CLAUDINA FARIAS  
EMEF SIMPLICIANO F. DE M. JUNIOR  
EMEF DR. JORGE DANIEL DE S. RAMOS  
EMEF ZACARIAS CORREA  
EMEF GERSON A. GUIMARAES  
EMEF PROF. MARIA JOSE DOS S.  
MARTINS  
EEEEFM MONS. MÂNCIO RIBEIRO  
EEEEFM LUIZ PAULINO MARTIRES  
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - IFPA

### Tarde:

CPEM CRECHE ANA S. DE OLIVEIRA  
EMEF MICKEY  
EMEF AMIGOS PARA SEMPRE  
EMEF RIO CAETÉ  
EMEF CLAUDIA BETHANIA F. C. DE  
MACEDO  
EMEF PRIMEIRA INFÂNCIA  
EMEF PROF. THEODOMIRA R. DA S.  
LIMA  
EMEF PERPETUO SOCORRO  
EEEEFM AUGUSTO CORREA  
EEEEFM PROF. ARGENTINA PEREIRA  
EEEEFM DO ROCHA  
EEEEFM LEANDRO LOBÃO DA SILVEIRA

10/03

## PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

**PÚBLICO:** Coordenadores Pedagógicos  
**LOCAL:** Casa da Cultura  
**HORÁRIO:** 08h30min / 14h30min

### Manhã:

EMEF JOSEFA ALVÃO  
EMEF GUILHERMINA P. PORTO  
EMEF LUCILA BERTULINA DA SILVA  
EMEF MARIA HELENA AVIZ  
EMEF GRAZIELA FARIAS  
EMEF AMÉRICO PINHEIRO DE BRITO  
EMEF PROF RAIMUNDO FERREIRA  
EMEF CLARA MARIA DOS SANTOS  
EMEF JOSÉ PEREIRA BARROS  
EMEF WALDEMAR MIRANDA DA SILVA  
EMEF BRASILENO FELICIO DA SILVA  
EMEF PROF. JESUINA DO R. MELO  
EMEF CASA DOS ANJOS  
EMEF PROF RITA RIBEIRO DA CRUZ

### Tarde:

EMEF DOMINGOS DE SOUSA MELO  
EMEF NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
EMEF JOSÉ MARIA M. CARDOSO  
EMEF RAIMUNDO MARTINS FILHO  
EMEF PROF. YOLANDA PEREIRA  
EMEF MIGUEL GOUVEIA  
EMEF JOSE MARIA MONTERIO AIRES  
EMEF PROF. TARCILA CORREA DA GAMA  
EMEF PROF. M. AUGUSTA C. DA SILVA  
EMEF MARIA FRANCISCA DE P. FELIPE  
EMEF MANOEL MONTEIRO DA ROSA  
EMEF PADRE ANGELO MARIA ABENI

14/03

## EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

**PÚBLICO:** Coordenadores Pedagógicos  
**LOCAL:** Museu da Marujada  
**HORÁRIO:** 08h

15/03

## INFORMÁTICA EDUCATIVA

**PÚBLICO:** Coordenadores das escolas com informática educativa  
e professores.  
**LOCAL:** Museu da Marujada  
**HORÁRIO:** 08h

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**PÚBLICO:** Professores e Coordenadores das escolas com EJA  
**LOCAL:** Museu da Marujada  
**HORÁRIO:** 14h

16/03

## EDUCAÇÃO INFANTIL

**PÚBLICO:** Coordenadores Pedagógicos  
**LOCAL:** Museu da Marujada  
**HORÁRIO:** 08h

## FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS (CAMPO E SEDE) / EDUC. AMBIENTAL E TEMPO DE APRENDER

**PÚBLICO:** Coordenadores Pedagógicos  
**LOCAL:** Museu da Marujada  
**HORÁRIO:** 14h



ANEXO XVI

ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA DE IDENTIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E TRATO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NO  
ÂMBITO ESCOLAR

ENTREVISTADORA: SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA - GRADUANDA DO  
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA CAMPUS  
BRAGANÇA

**ENTREVISTA PARA A GESTÃO ESCOLAR**

Instituição:.....

Gestor:.....

Como a escola têm trabalhado no decorrer do ano letivo estratégias de conscientização,  
orientação e capacitação para o combate da violência sexual infantil.

.....

.....

Quais as ações foram realizadas na conscientização e combate no decorrer do ano letivo?

.....

.....

O corpo técnico, especialmente professor e gestão, tem recebido por parte do município  
capacitação para identificar e dar o apoio necessário em caso de suspeita de abuso sexual  
infantil?

.....

.....

Quando ocorreu a última capacitação e quem realizou?

.....

.....

Já houve casos de suspeita de abuso sexual infantil, quantos?

.....

.....

Qual o direcionamento dado e que resultados obtiveram?

.....

.....

.....

Em sua opinião, quais os maiores obstáculos a instituição acreditam ter para a implementação de ações orientadoras e preventivas no combate à violência sexual infantil no decorrer do ano letivo?

.....  
.....  
.....

Quais dentre os instrumentos abaixo, criados por Secretarias especiais de Direitos Humanos e Ministério da Educação e outros órgãos competentes, a fim de ajudar as instituições escolares na investigação, conscientização e combate do abuso sexual infantil é conhecido e/ou usado pela esta instituição de ensino?

( ) *Guia escolar* publicação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação, publicada em 2011;

( ) Cartilha Educativa - Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criada pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria Associação Brasileira Terra dos Homens – ABTH, criada em 2010;

( ) A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir, produzida em 2018, que tratam de atribuições às escolas e ações com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

( ) Rede de Proteção - Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual, criada pela Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil), criado em 2009.

( ) Aprendendo a prevenir - Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, produzido pela PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, 2006

( ) Cartilha ilustrada “Bem me quer... mal me quer...” De criança para criança, criada por uma menina que foi vítima de abuso sexual intrafamiliar.

( ) Cartilha Educativa - Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, produzida pela SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE,

( ) Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, criada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2021.

Tem **conhecimento** ou faz uso de outros instrumentos?

Quais?.....

.....

.....

.....

ANEXO XVII

ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA DE IDENTIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E TRATO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NO  
ÂMBITO ESCOLAR

ENTREVISTADORA: SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA - GRADUANDA DO  
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA CAMPUS  
BRAGANÇA

**Perguntas específicas para o professor (a):**

Você se sente preparado ou seguro para identificar sinais de abuso sexual infantil em seu contexto de sala de aula?

.....  
.....

Já ocorreu situações que você suspeitou? Como agiu?

.....  
.....  
.....

Que sinais percebeu na criança? Quais os comportamentos apresentados?

.....  
.....  
.....  
.....

Você deseja falar algo mais que possa contribuir para esta pesquisa?

.....  
.....  
.....  
.....

## ANEXO XVIII

ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA DE IDENTIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E TRATO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NO  
ÂMBITO ESCOLAR

ENTREVISTADORA: SILVIELLY ANDRADE DE OLIVEIRA - GRADUANDA DO  
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA CAMPUS  
BRAGANÇA

### **Perguntas específicas para o Conselheiro Tutelar:**

Qual o número de Denúncias Anuais? \_\_\_\_\_

Número de denúncias feitas por escolas? \_\_\_\_\_

Qual gênero e faixa etária são mais presentes nos casos de abuso sexual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como atua junto com as escolas? \_\_\_\_\_

Quem são em maioria os acusados de abuso? \_\_\_\_\_

Mais contribuições para esse estudo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO XIX

## REGISTRO DE CASOS ATENDIDOS NO CTB II, REFERENTE AO ANO DE 2022

CARACTERES	FELIPE	LINDALVA	RICARDO	RENATO	RIZETH	TOTAL
ABANDONO INCAPAZ DO LAR	3		3	1	3	10
ABANDONO INTELECTUAL	8			1		9
ABUSO SEXUAL	3		2	7		12
AGRESSÃO FÍSICA/ ESPANCAMENTO				3		3
ASSEDIO MORAL/SEXUAL				1		1
AUTORIZAÇÃO PARA MATRICULA		9		4	2	15
BULLINGS NA ESCOLA						
BUSCA DE CRIANÇA NA DELEGACIA E PM	2	5		15	6	28
CONFLITO FAMILIAR	1	2	13	21	8	45
DISQUE 100	5			10		15
DROGAS				1		1
EMCAMINHAMENTO A SECRETARIA DE SAUDE		2	1	2	2	7
ENC. PARA O JUIZADO DA INF. E DA JUVENTUDE	4	2		4		10
ENCAMINHAMENTO A CASA DE ACOIAMENTO	1	1				2
ENCAMINHAMENTO A PROMOTORIA PUBLICA	5	12	1	7	7	32
ENCAMINHAMENTO AO BOLSA FAMILIA			3	8		11
ENCAMINHAMENTO AO CART. DE REGISTRO CIVIL	3		4	3	2	12
ENCAMINHAMENTO AO PROPZ	16	9	2	8	3	38
ENCAMINHAMENTO PARA DEFENSORIA PUBLICA	3	3	4	11	2	23
ENCAMINHAMENTO PARA DELEGACIA				8		8
ENCAMINHAMENTO PARA HOSPITAL		2		1	3	6
ENCAMINHAMENTO PARA O CRAS		7	1	14	4	26
ENCAMINHAMENTO PARA O CREAS	4	2	2	7	1	16
ENCAMINHAMENTO P/TIRAR DOCUMENTOS	4	7	12	7	6	36
ENCAMINHAMENTO PARA CAPS			1			1
ESPANCAMENTO						
ESTUPRO		1		3		4
EXPLORAÇÃO DE MENOR NO TRABALHO INFANTIL					1	1
FUGA DE CRIANÇA E ADOL. ENTREGUE A FAMILIA	2		1	2		5
FURTO						
GESTAÇÃO PRECOCE						
GUARDA COMPARTILHADA		2	1	2	1	6
JOGOS(BILHAR, VIDEO GAMES E OUTROS)					1	1
MAUS TRATOS		8		1		9
NOTIFICAÇÃO	22	17	17	28	37	121
PALESTRAS E VISITAS NAS ESCOLAS	9	1	13	11	8	42
PALESTRAS NAS COMUNIDADES			4	3	1	8
PENSÃO ALIMENTICIA(DEFENSORIA)		1	4	6	2	13
PROSTITUIÇÃO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8	1		9		18
RECAMBIAMENTO	1	1	1			3
RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE(DEFENSORIA)			2	4		6
SITUAÇÃO DE RISCO	3	4		3	2	12
TERMO DE ADVERTÊNCIA	1		14	8	4	27
TERMO DE RESPONSABILIDADE	1	1		9	1	12
TORTURA		7		1		8
VIOLÊNCIA DOMESTICA		2		9		11
VIOLÊNCIA MORAL						
VIOLÊNCIA PSICOLOGICA			1			1
VISITA NO CRAS					4	4
VISITA NO HOSPITALAR	7	10	3		8	28
VISITAS DOMICILIARES	14	33	31	18	22	118
<i>Subtotal.</i>	<i>130</i>	<i>152</i>	<i>141</i>	<i>261</i>	<i>141</i>	<i>825</i>

ANEXO XX

# RELATÓRIO ANO 2023

## Comissão Intersectorial dos Direitos Humanos

Coordenadora: Elizabeth Conde de Morais





**RELATÓRIO:**

**COMISSÃO INTERSETORIAL DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA BRAGANTINA**

**ANO/ 2023**

**ELIZABETH CONDE DE MORAIS**

**OBJETIVO**

Este texto tem como objetivo apresentar as ações realiza pela **Comissão Intersectorial dos Direitos Humanos na Escola Bragantina**

**APRESENTAÇÃO COMISSÃO INTERSETORIAL DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA BRAGANTINA**

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) tem a função planejar de forma linear as ações a serem desenvolvidas, contudo, diante dessa premissa é necessário analisar o contexto apresentado. Sendo assim, é interessante ressaltar que a escola enquanto espaço dialógico assume a função de mediar acerca dos diversos temas em vista de minimizar situações de conflitos ao longo do ano letivo.

E, para atender as necessidades emergentes é realizado o *Projeto Intersectorial Direitos Humanos na Escola Bragantina*, em vista de subsidiar o processo de desenvolvimento pedagógico em consonância com o direcionamento da Lei:

1ºO art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação: § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos (...) (LEI Nº 14.164 de 10 de Junho de 2021)

Sendo assim, os profissionais da educação serão orientados a vislumbrar nos currículos escolares demandas como combate a violência doméstica em vista de assegurar os direitos de mulheres, crianças e adolescentes:

Art. 2ºFica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos: I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher; (LEI Nº 14.164 de 10 de Junho de 2021)

As ações assumem a necessidade de serem desenvolvidas de forma intersectorial, pois a educação precisa unir forças com a s demais instituições em prol dos direitos humanos, a parceria

com instituições como SENTRAPS, SEMUSB, Conselho Tutelar, Ministério Público, IFPA, UFPA e Grupo Brasileiro de Mulheres. Sabemos que as demandas da violência doméstica emergem de um contexto macro e micro no território brasileiro, configurado por um processo que perpassa ao longo do tempo, a conscientização emana da mudança de atitude entre os pares que convivem em sociedade.

Para diagnosticar os problemas, e os casos especificamente é necessário a escuta, na primeira ação proposta, o **Fórum Direitos Humanos na Escola Bragantina**, cujo público alvo foram os profissionais da educação: gestores, coordenadores e professores das escolas municipais, as demandas, as denúncias, as queixas, os relatos são emergentes. Esse momento foi uma etapa de diagnose, para mapear as necessidades presentes no espaço educacional. E, aconteceu no dia 27 de outubro de 2023, no Instituto Federal do Pará, em parceria com a referida Instituição, posteriormente o texto no qual representa a relatoria. (Pagina 04)

Outra etapa fundamental para o desenvolvimento do projeto é o processo de formação continuada para tanto será realizado o **curso de aperfeiçoamento- Direitos Humanos na Escola Bragantina**. Ao longo do processo formativo os professores participantes entraram em contato com a legislação, textos, e atividades que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre o tema, e orientações como desenvolver ações no espaço da sala de aula.

É necessário evidenciar que Bragança possui uma diretriz curricular que vislumbra a abordagem de diversos temas ao longo do ano letivo, e tem no conceito de Escola Bragantina, pautada no conhecimento de Paulo Freire, desenvolver atividades pedagógica a partir da realidade dos sujeitos, ou seja, dos contextos vivenciados por alunos e alunas refletir sobre a forma de viver nos espaços sociais é trazer para a escola temas reais, ao longo do processo formativo do aluno.

#### **MEMBROS DA COMISSÃO INTERSETORIAL**

<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Elizabeth Conde de Moraes	SEMED
Marcos Renan Freitas De Oliveira	Diretor Pedagógico (SEMED)
Flávia Silvano De Medeiros Rosa Costa	Coordenadora do Ensino Fundamental (SEMED)
Edilene Rosa	Coordenação EJA (SEMED)
Ruth Cristina Vieira Torres	Coordenadoria da Mulher
Maria Cláudia Vitorino Gadelha	Ministério Público
Edileusa Pena da Silva	Grupo de Mulheres Brasileira
Maria Graciema Lobão	SEMED
Anderson Danilo Lopes	Camusa/CJP
Edileuza Amoras Pilletti	IFPA- Bragança
Josineli Sousa	Programa Saúde na Escola

**ACÇÕES DESENVOLVIDAS (1º SEMESTRE)**

<b>DIA/ PERÍODO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
24/01/2023	Reunião Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Elizabeth Conde- Coordenadora</b></li> </ul>



Aconteceu no dia 24 de janeiro de 2023, às 9h da manhã no auditório da SENTRAPS a reunião da Comissão Intersetorial, cuja a pauta foi: Avaliação do FÓRUM DE DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA BRAGANTINA, Sistematização das demandas do Fórum, e o início do planejamento para 2023.

Na oportunidade a professora Edileuza Piletti detalhou os principais dados diagnosticado ao longo do dia 27 de outubro de 2023, e seus reflexos na continuidade do trabalho. Segue o texto referente a relatoria com as informações:

### **Fórum de Direitos Humanos na Escola Bragantina**

27 de outubro de 2022 – Auditório do IFPA Campus Bragança.

#### 1. Apresentação

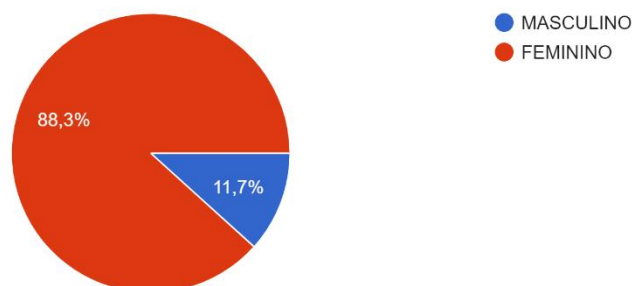
O Fórum de Direitos Humanos na Escola Bragantina foi realizado pela SEMED Bragança em parceria com o IFPA Campus Bragança e a Coordenadoria de Mulheres de Bragança. Os principais objetivos deste Fórum foi: a) Ouvir educadoras e educadores acerca de suas percepções sobre violência doméstica e familiar; b) Discutir os limites e potencialidades para a incorporação do debate sobre violência doméstica e familiar nas escolas públicas; c) Contribuir na articulação entre as escolas, os movimentos sociais e as organizações municipais que formam a rede de acolhimento à violência doméstica e familiar no sentido de dar suporte as denúncias acolhidas nas escolas.

O público alvo atingido pelo Fórum foram professores e professoras das escolas públicas da rede do município de Bragança e do IFPA Campus Bragança. A metodologia da atividade foi dividida em três momentos: 1) Aplicação de questionário via docs.google.com/forms, compartilhado nos grupos de watsapp das escolas participantes; 2) A formação de conceitos e socialização de estatísticas sobre violência doméstica e familiar; 2) Roda de Conversa cujo objetivo foi identificar falas significativas quanto a vivência nas escolas sobre o tema em debate. (Ver programação em anexo)

2. Perfil dos(as) participantes (elaborado a partir do Aplicação de questionário via docs.google.com/forms)

SEXO E GÊNERO

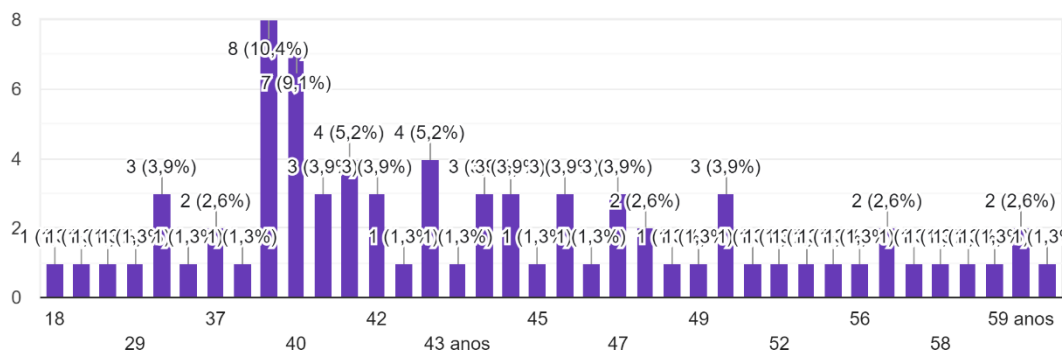
77 respostas



O Fórum de Direitos Humanos na Escola Bragantina contou com a participação de ... pessoas. As mulheres representaram % e os homens %. A idade média de todos os participantes foi de ...anos. (Esse gráfico deve ser completado com a lista de inscrição. Não consegui saber com quem está)

IDADE

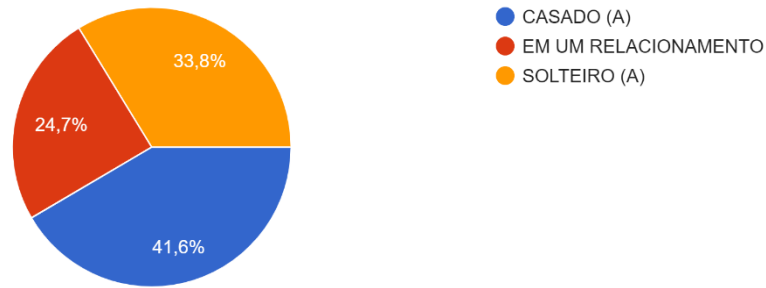
77 respostas



A idade de todos os participantes ficou entre 18 a 59 anos. A média de idade está na faixa dos 40 a 49 anos.

ESTADO CIVIL

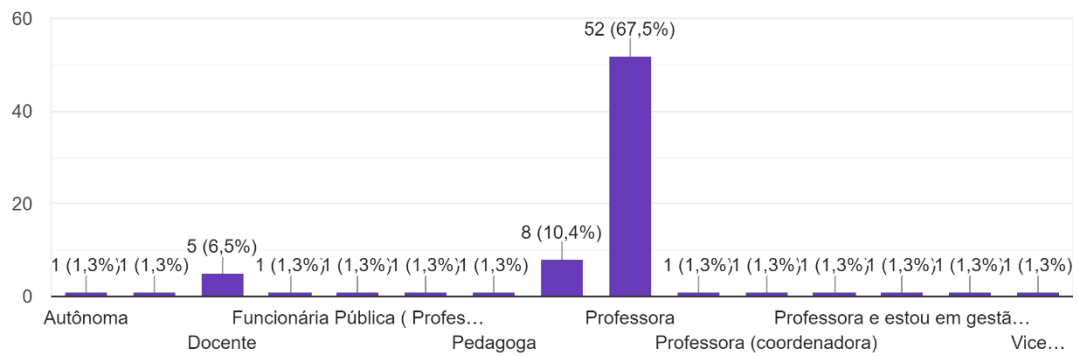
77 respostas



Considerando o perfil de compromisso com outra pessoa, temos 66,3% num relacionamento afetivo.

PROFISSÃO

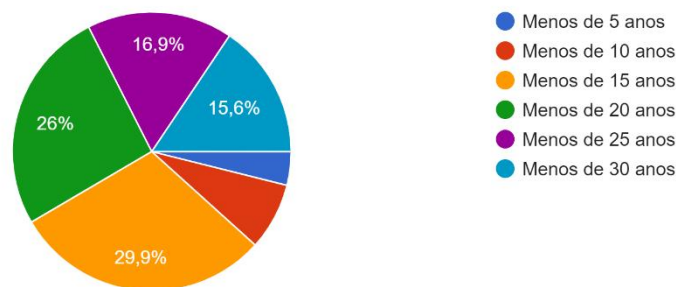
77 respostas



Estando na atividade de docência, temos a identificação maior na docência e depois na Gestão escolar.

SE É PROFESSOR (A), QUANTO TEMPO ESTÁ ATUANDO NO MAGISTÉRIO?

77 respostas

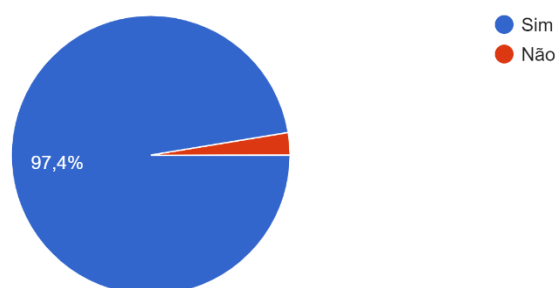


Com relação ao tempo de atuação no magistério, o grupo se mostrou bastante diversificado. Entretanto a grande maioria dos(as) participantes tem entre 15 a 30 anos de atuação no magistério.

Quando passamos para as percepções sobre o tema principal do Fórum, vamos ter as seguintes informações:

VOCÊ SABE O QUE É VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

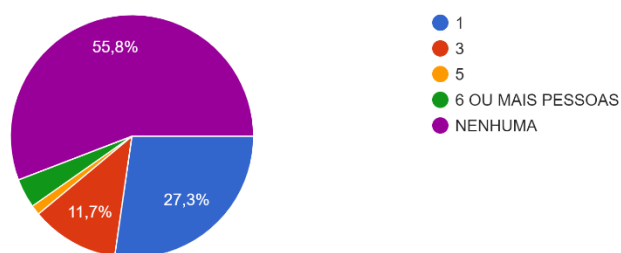
77 respostas



O percentual de participantes que afirmam ter domínio do conceito é a maioria. Esse dado se mostra importante no sentido de saber o que esses docentes fazem no cotidiano da escola com esse conhecimento.

VOCE CONHECE PESSOAS ( AMIGA, CONHECIDA, MÃE DE ALUNO OU FAMILIAR) QUE VOCE CONSIDERA QUE SOFRE OU SOFREU VIOLÊNCIA ...NTO QUE REGISTRARAM OCORRÊNCIA POLICIAL?

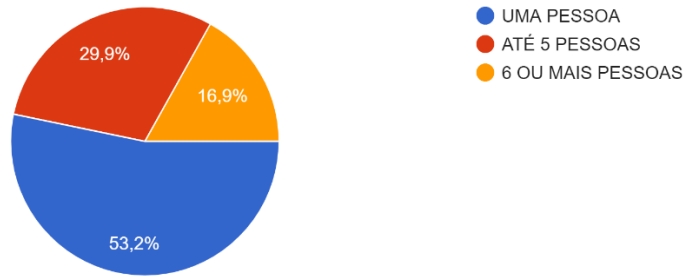
77 respostas



44,2% conhecem pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar.

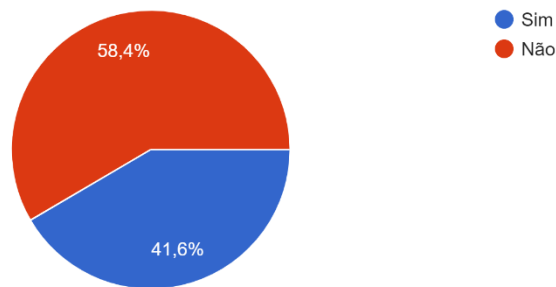
A PARTIR DAS PERGUNTAS ANTERIORES, QUANTAS PESSOAS VOCÊ ACREDITA QUE TEM CONSCIENCIA QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

77 respostas



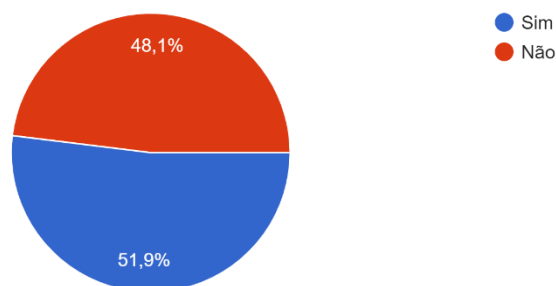
VOCÊ CONSEGUE AFIRMAR QUE ALGUMA MÃE DE ALUNO DA ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA SOFRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

77 respostas



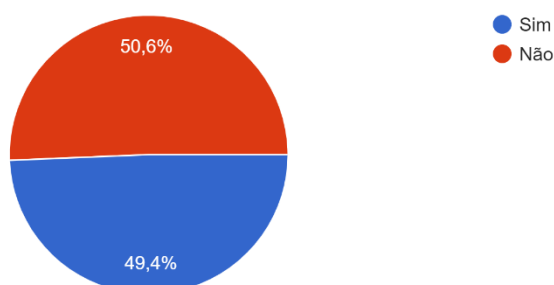
JÁ OBSERVOU OU SOUBE DE SITUAÇÃO DE ESTUDANTE QUE VIVE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

77 respostas



EM CASO AFIRMATIVO, HOUVE APOIO DA ESCOLA PARA A MÃE OU PARA O/A ESTUDANTE QUE SOFRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR?

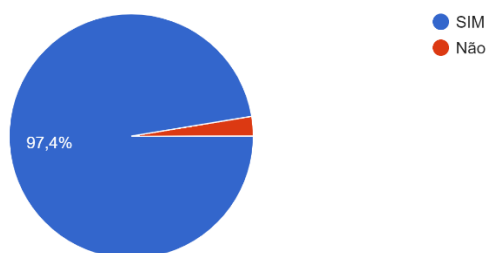
77 respostas



Considerando os três últimos gráficos, vamos perceber que há um número expressivo de violência doméstica e familiar entre as mães e os alunos. Porém, as escolas não tem conseguido dar suporte necessário para ajudar no combate a esse tipo de violência.

VOCÊ CONCORDA QUE A ESCOLA DEVA DESENVOLVER PROJETOS QUE COMBATAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

77 respostas

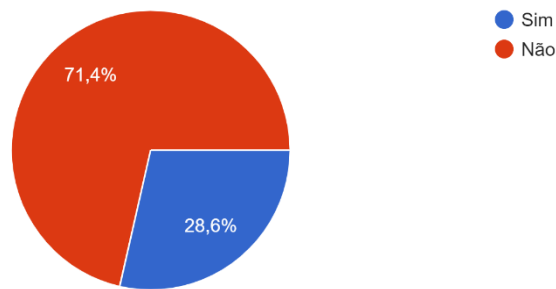


Professores e professoras acreditam que a escola é um grande espaço de formação e sensibilização para o combate a violência doméstica e familiar.



VOCÊ SOFRE OU JÁ SOFREU SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

77 respostas



Em relação a esse questionamento, poderia ter uma mudança após o Fórum, considerando que os **tipos de violência** foram abordados e durante a roda de conversa algumas falas se encaminharam no sentido de dizer que “não sabia que estava sendo vítima de violência doméstica”.

**SUGESTÕES IMPORTANTES QUE VOCÊ ACHA QUE NÃO FORAM CONTEMPLADAS NESTE FORMULÁRIO** (da Professora Edileuza Piletti)

Projetos.palestras e outros.

Projetos de ações

Os meios mais práticos para ajudar as pessoas que sofrem violência domésticas

Violência parental

Faixa etária das pessoas conhecidas que sofreram abuso

Suporte de apoio para as mulheres que sofrem violência doméstica.

Tipos de violência que deveriam ser citadas no questionário.

Qual a relação preconceituoso de quem sofre violência doméstica e familiar ?

Faltou observar sobre as crianças e sugestão de apoio as escolas quanto os projetos que para serem desenvolvido

Debater sobre o direito pela dignidade e o valor de casa pessoa.

Na sala de aula o aluno demonstra de alguma forma a violência q sofre em casa

Orientações de como ajudar sem sofrer retaliações por parte do ou agressores

As pessoas que sofrem violência doméstica ou familiares geralmente não se identificam.

Se sabemos onde procurar apoio em cada de violência doméstica.

Penso que seria ótimo que a escola desenvolvesse esse tipo de projeto. Porém, penso, que é muito complicado a escola em si interferir em certos assuntos familiares, pois depende de muitos fatores.

Que a secretaria de Educação promova formações, seminários etc sobre o combate à violência doméstica.

Que a secretaria de educação desenvolva um projeto de formação nas escolas.

Conhecimento sobre os serviços de apoio contra a violência doméstica e os órgãos responsáveis

VOCE CONHECE PESSOAS ( AMIGA, CONHECIDA, MÃE DE ALUNO OU FAMILIAR)

QUE VOCÊ CONSIDERA QUE SOFRE OU SOFREU VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, QUANTAS

VOCÊ TEM CONHECIMENTO QUE REGISTRARAM OCORRÊNCIA POLICIAL? Tornou-se

difícil responder a essa indagação, pois conheço pessoas que sofreram violência doméstica, porém não tenho conhecimento se registram ocorrência policial.

Perguntas voltadas para o acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e agilidade nos processos de atendimento nos órgãos públicos de segurança.

Aonde conseguir apoio em casos de violência

Palestra com órgão competente na escola

Como podemos ajudar essas pessoas

Conscientização sobre violência doméstica

Como a escola deve agir diante de um caso de violência?

Ações que possa ajudar nessas situações de violências

Ações que possa ajudar nas situações da violência doméstica.

Onde procurar ajuda

A família tem participado ou comparecido a rede escolar de ensino?

Porque a escola não ajudou ? Seria necessária está pergunta, se a afirmativa for não .

Falta mais palestra com líderes de comunidades, nas escola etc...

Mobilização mais consistente na sociedade, bairros, praças, escolas, associação para essas mulheres terem coragem de denunciar e deixarem de serem ameaças, ter coragem, ir em loco nos bairros periféricos e urbanos da cidade. Outra sugestão via meios de comunicação para denúncias anônimas em rádios e TV. Por que já tentei ligar pra denunciar para polícia e o telefone não atendia. Uma vizinha que estava sendo agredida fisicamente.

Quais as ações e as políticas de assistência direcionadas ao atendimento das vítimas de violência?

Especificar alguns tipos de violência, que são muitas.

Especificar as violências sofridas, pois nem sempre são físicas, na maioria é psicológico ou patrimonial.

Efetivar mais momentos de conversas sobre esse assunto com alunos e pais nas escolas

Projetos que enfatizem a temática na escola

De forma orientar a família. Além de denunciar.

Como proceder em situação da pessoa violentada não aceitar ser ajudada

Os tipos de violência doméstica sofrida pela mulher ou criança

Se a escola trabalha algum projeto referente ao tema.

Esclarecer a rede de garantia de direitos e formação para os homens para que saibam respeitar suas esposas

Que façamos mais encontro diretamente nas escolas com as famílias.

Que houvesse um formação para as famílias.

Soluções

Fazer um levantamento de quantas denúncias foram feitas contra o agressor.

Realizar atividades que envolviam a família e escola com mas orientações como maneira de prevenção à violência doméstica. Expandir o conhecimento sobre da legislação vigente e também ampliar o apoio psico-social para dentro das instituições escolares.

Consequências da violência na vida escolar

A falta de ajuda da polícia

Conhecer melhor sobre a temática

A frequência que as escolas trabalham esse tema.

Importante

Por quem você sofre violência doméstica?

A família ajuda essas pessoas?

Sobre filhos

As sugestões para o Fórum de Direitos Humanos na Escola Bragantina contou com proposições no sentido de ter formação continuada, Conhecimento da rede de apoio e proteção existente no município e Efetivo atendimento quanto a denúncia e segurança da vítima.

3. Avaliação a partir dos relatos das formadoras.

- Psicóloga avalia que o evento contribuiu de fato para termos dados que respaldam a necessidade de formação continuada para os educadores a partir das respostas durante a roda de conversa. Avalia que precisam ser melhores instrumentalizados diante do papel importante que eles tem de contribuir para a mudança do cenário cotidiano. Considera que a qualificação precisa ser continuada para que os professores possam se munir de instrumentos para atuar no meio em que trabalham, considerando que tem docentes que estão atuando no sistema prisional.
- Professora formadora avalia que a sensibilização ainda não está consolidada na consciência dos professores e professoras. Atitudes e comportamentos paralelos, falas significativas e relatos da roda de conversa demonstram descompromisso ou delegação das responsabilidades na resolução ou combate a violencia doméstica e familiar.

OBS. É PRECISO OUVIR AS DEMAIS PARTICIPANTES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO !!!

4. Avaliação a partir dos Relatos durante a Roda de Conversa. Uma avaliação mais foi feita a partir dos relatos da Roda de Conversa conduzida pela psicóloga Luzimary Leão, do GMB.

- Apesar dos avanços no debate geral sobre a violência de gênero, ainda existem muitas limitações para se trabalhar questões de gênero nas escolas;
- Consideram que trabalhar essa questão com as crianças e jovens seria mais fácil e deveria se investir nas escolas para que as crianças possam ter essas formação na infância;
- Houve um grande fluxo de informação num espaço de tempo muito pequeno, é preciso fazer formação continuada sobre o tema;
- Questões da responsabilização da gestão pública não estão muito claras: onde ir, quando ir, como o professor deve proceder: muitas vezes fazem denúncias e não tem o retorno;
- A ideia de realizar a metodologia a partir das experiencias das participantes tornou o evento muito interessante;
- A Roda de conversa permitiu evidenciar os conflitos e as possibilidades de administra-los por meio de projetos nas escolas.

OBS: NEM TODOS OS RELATOS FORAM ANALISADOS. OS DOCUMENTOS SE ENCONTRAM COM A PROFESSORA QUE INDICOU OS AVALIADORES A PARTIR DO CURSO DE EVENTOS. MUITAS INFORMAÇÕES AINDA DEVEM SER INCLUÍDAS.

*Texto elaborado sob orientação da professora Edileuza Pilletti*

<b>DIA/ PERÍODO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
Março a maio de 2023	Palestras nas escolas municipais com o tema Violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Elizabeth Conde- Coordenadora</b></li></ul>

Durante o período de março a maio aconteceram palestras nas escolas municipais (conforme o cronograma abaixo) em parceria entre SEMED, Coordenadoria da Mulher, Programa Saúde na Escola, CRAS E CREAS e Ministério Público com o tema Violência doméstica e seus reflexos na escola, o público alvo dessa ação são os profissionais da educação e alunos e alunas, da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.



<b>DIA/ PERÍODO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
Setembro e novembro de 2023	Curso de Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Elizabeth Conde-Coordenadora</b></li> </ul>

## **Projeto de Capacitação em Gênero e Políticas Públicas de Direitos Humanos nas escolas bragantinas**

<b>CRONOGRAMA CURSO DE FORMAÇÃO</b>					
Ano letivo de 2023	Curso de Aperfeiçoamento-60 HS Direitos Humanos na Escola Bragançana – TEMA Violência Doméstica	Local:  IFPA	Público alvo: 50 Profissionais da Educação	4 módulos com atividades teóricas e práticas	SEMED e IFPA
28 de setembro	Módulo 1				
29 de setembro	Módulo 2				
09 de novembro	Módulo 3				
10 de novembro	Módulo 4				

### **1. Identificação**

#### **1.1 - Identificação Institucional.**

**Instituto Federal do Pará - IFPA – Campus Bragança**

**Interveniente no Projeto:** Coordenação de Extensão- **Edileuza Amoras Pilletti**

#### **1.2 - Identificação Institucional.**

**Secretaria Municipal de Educação- SEMED- Bragança**

**Interveniente no Projeto:** Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais- **Elizabeth Conde de Moraes**

#### **1.3 - Identificação do Projeto:** Projeto de Capacitação em Gênero e Políticas de Direitos Humanos nas escolas bragantinas

Vagas: 50

**Local de Realização:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Bragança. Rua do Trilho, S/N - Vila Sinhá - Bragança-Pará.

**Período de Realização:** Setembro a novembro de 2023

## 2. Justificativa da Carga Horária:

As atividades de capacitação do Projeto de Capacitação em Gênero e Políticas de Direitos Humanos nas escolas bragantinas serão realizadas no período de 6 meses, inseridas numa carga horária de 60 horas, divididas em 4 módulos de 15 horas cada um totalizando as 60 horas previstas. A capacitação ocorrerá em dois momentos: 1) Capacitação direta e presencial junto com a equipe do IFPA Bragança (30 h) quando as participantes do projeto assistirão aos debates, mesas redondas, leitura de artigos, Metodologias participativas para o desenvolvimento das competências de domínio de conceitos e das políticas públicas; 2) Atividades de Multiplicação (30 h) quando as participantes do projeto desenvolvem, os conhecimentos obtidos Capacitação direta e presencial, junto aos docentes e demais profissionais da instituição escolar da qual faz parte. É importante ressaltar que esses momentos podem ter Visitas técnicas destinadas às atividades junto aos órgãos de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ou em instâncias judiciais destinadas a este tipo de atendimento. Dessa forma visa-se oferecer o conhecimento mínimo necessário ao trato com questões relacionadas à garantia dos direitos e ao atendimento das mulheres em situação de violência, considerando os recortes de raça/etnia, orientação sexual e territorial.

## 3 Público-Alvo

O Projeto de Capacitação em Gênero e Políticas de Direitos Humanos nas escolas bragantinas é destinado para lideranças do movimento social da área urbana e rural, representantes das diversas categorias sociais e das diferentes regiões do estado. Previmos um público de 50 pessoas por turma, garantindo uma cota mínima de 30% de participação de homens.

### 3.1 Discriminar Público-Alvo:

Instituições Governamentais Municipais (Semed e escolas bragantinas municipais)	50
Total	50

## 3. Resumo da Proposta:

O Projeto de Capacitação em Gênero e Políticas de Direitos Humanos nas escolas bragantinas tem como objetivo o capacitar gestores, professoras(es) e estudantes das escolas públicas do município de Bragança para lidar com as questões de gênero e diversidade nas salas de aula, enfrentando atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero e às diversas orientações sexuais, repudiando e lidando de maneira acertada com a violência doméstica e familiar. Ressalta-se que se trata de um projeto já ofertado e executado em duas versões (2012 e 2017) pelo IFPA Campus Bragança no qual foram capacitadas(os) e sensibilizadas(os) nas questões de gênero, sexualidade e raça/etnia 80 pessoas entre profissionais e representantes de instituições estaduais e municipais que trabalhem no atendimento público de mulheres, lideranças das organizações feministas e estudantes do IFPA Campus Bragança para garantir os direitos das mulheres em situação de violência, segurança pública e justiça estabelecendo a rede de atendimento às mulheres em situação de violência sob a ótica do acesso aos direitos das mulheres em situação de violência. Dessa experiência resultou a consolidação da metodologia e dos conteúdos, sempre em atualização, para trabalhar as conexões entre violência contra as mulheres, racismo, sexismo e homofobia.

**Palavras-Chave:** violência contra Mulheres, relações de gênero, direitos humanos, políticas públicas.

#### 4. Justificativa

No Brasil, a violência exercida contra a mulher tem se constituído em preocupação de pesquisadoras(es), movimentos sociais com a luta pelo direito à cidadania, nos âmbitos jurídico, educacional, sexual e econômico. Estudos sobre tal problemática revelam o seu caráter complexo e multidimensional, que se estende sem fronteiras por diferentes países e regiões em dimensões diferenciadas, mas que transversalizam todas as fases da vida feminina a exemplo da violência doméstica, o assédio sexual, o estupro, exploração sexual de crianças e adolescentes, e, ultimamente o turismo sexual. Desse modo, concluímos com a certeza de Programas de capacitação que objetivem o empoderamento das mulheres contribuirão sobremaneira para a mudança de um status quo no qual as mulheres estão em extensa desvantagem do masculino, tendo como agravante a violência seja física, material, concreta e simbólica.

A Capacitação sobre as questões de gênero nas Escolas mostra-se como uma estratégia para pensar a construção de alternativas para a inserção dos temas diversidade, igualdade de gênero, igualdade racial e direitos humanos nos programas de capacitação e formação continuada que podem e devem ser estimulados pelas Secretarias de Educação dos municípios bem como pelas Instituições de Ensino

Superior. Em se tratando das escolas, a visão setorial nem sempre pode ser aplicada uma vez que lidam com servidoras e servidores de diferentes áreas e que possuem diferentes atribuições. O desafio das escolas passa a ser entender as questões de gênero em toda a sua diversidade e complexidade, definindo a melhor maneira de trabalhar com o público atendido, considerando ações não somente na educação, mas, nas áreas de segurança pública, saúde, etc.

É preciso compreender o tema e sua importância no desenvolvimento social para definir a melhor maneira de inseri-lo no ensino-aprendizagem de profissionais da educação. O debate sobre esse tema deve ultrapassar áreas e públicos restritos e carece ser compreendido e abraçado por todas(os) as(os) servidoras(es) de todas as esferas e níveis de poder, não somente na segurança pública.

## **5. Objetivos.**

- Capacitar gestores, professoras(es) e estudantes das escolas públicas do município de Bragança para lidar com as questões de gênero e diversidade nas salas de aula.
- Contribuir na capacitação de lideranças gestoras para intervenção nas ações de combate a violência a partir da perspectiva de gênero;
- Formar multiplicadoras/es com habilidades específicas para capacitação participativa na temática de gênero;
- Discutir as potencialidades e os limites para a incorporação da dimensão de gênero e Diversidade nos projetos pedagógicos, propondo ações afirmativas frente aos diferentes impactos sobre as mulheres e homens;
- Promover a articulação entre as escolas, o poder público, os movimento de mulheres e demais organizações de atendimento a mulher;
- Contribuir para a integração dos cursistas como sujeitos políticos no processo de incorporação do componente gênero em programas e políticas públicas, como elemento fundamental para uma maior equidade social.
- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação Violência doméstica e de vulnerabilidade social;



→ Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes de Programas municipais e estaduais de atendimento às mulheres vítimas de violência.

→ Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de estudos na área do conhecimento contempladas neste Projeto nas escolas atendidas.

## 6. Metodologia e Avaliação

O Projeto foi desenvolvido em seis meses com (04) módulos com temáticas relacionadas a gênero e políticas públicas. Numa perspectiva metodológica, os conceitos e teorias serão apresentados através de palestras, seguidas de debates com as/os participantes. Também desenvolvemos dinâmicas e trabalhos em grupo para melhor integração das/os participantes e melhor apreensão dos conteúdos propostos.

Como pressupostos metodológicos básicos das ações de formação, adota-se como princípio o fato de que todas as pessoas acumulam um determinado saber que deverá se articular com as vivências e os saberes das outras pessoas, a prática do trabalho coletivo, o estímulo à participação e ao diálogo, o confronto das ideias e o desenvolvimento da criatividade individual e coletiva. Tratando-se de um projeto de formação continuada, sugerimos que os/as participantes sejam os/as mesmos/as em todos os módulos, para não sofrer descontinuidade na proposta de multiplicação, razão pela qual, as escolas devem se envolver minimamente no acompanhamento dos/as participantes. Nesse sentido, ao final do módulo as/os participantes receberão uma lista de atividades para ser desenvolvidas em sua organização, família e ou comunidade. O resultado desta tarefa deverá ser apresentado no módulo seguinte em forma de relatórios, desenhos, representação etc. Quanto a avaliação, definiu-se que a cada módulo as/os participantes sejam avaliados, através de uma dinâmica, para o acompanhamento da evolução do nível compreensão do conteúdo e de participação.



---

**Elizabeth Conde de Morais**  
Coordenadora Educação para as Relações Étnico-Raciais  
Portaria 137/2021